

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE PARANAVAÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
FORMAÇÃO DOCENTE INTERDISCIPLINAR - PPIFOR**

**EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DA
FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

VERUSCA VANILZA DE OLIVEIRA

**PARANAVAÍ
2025**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE PARANAVAÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
FORMAÇÃO DOCENTE INTERDISCIPLINAR – PPIFOR**

**EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DA
FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

VERUSCA VANILZA DE OLIVEIRA

**PARANAVAÍ
2026**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE PARANAVAÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
FORMAÇÃO DOCENTE INTERDISCIPLINAR - PPIFOR**

**EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DA FORMAÇÃO
DE PROFESSORES**

Dissertação apresentada por VERUSCA VANILZA DE OLIVEIRA, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Estadual do Paraná – Campus de Paranavaí, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ensino.

Área de Concentração: Formação docente interdisciplinar.

Orientador(a):

Prof^(a). Dr(a).: ROSANGELA TRABUCO
MALVESTIO DA SILVA

Coorientador(a):

Prof^(a). Dr(a).: MEIRE APARECIDA LÓDE
NUNES

PARANAVAÍ
2026

FICHA CATALOGRÁFICA:

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Oliveira, Verusca Vanilza de
Educação Física no Brasil: Uma análise histórica da
formação de professores / Verusca Vanilza de
Oliveira. -- Paranavaí-PR, 2026.
101 f.: il.

Orientador: Rosângela Trabuco Malvestio da Silva.
Coorientador: Meire Aparecida Lôde Nunes.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação
Mestrado Acadêmico em Ensino: "Formação Docente
Interdisciplinar") -- Universidade Estadual do
Paraná, 2026.

1. História da Educação Física. 2. Formação inicial
docente. 3. Ensino. 4. Ginástica. I - Silva,
Rosângela Trabuco Malvestio da (orient). II –
Nunes, Meire Aparecida Lôde (coorient). III - Título.

VERUSCA VANILZA DE OLIVEIRA

**EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DA
FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

BANCA EXAMINADORA

Prof(a). Dr(a). Rosangela Trabuco Malvestio da Silva – Presidente da
Comissão Examinadora
Unespar

Prof(a). Dr(a). Meire Aparecida Lôde Nunes – Coorientadora
Unespar

Prof(a). Dr(a). Vânia de Fátima Martias - Membro da Banca
UEM

Prof(a). Dr(a). Márcia Marlene Stentzler - Membro da Banca
Unespar

Resultado: APROVADA

Data: 25/03/2026

Dedico este trabalho a mim mesmo, em reconhecimento à minha perseverança e à confiança que mantive em minha própria capacidade. Dedico-o também àqueles que, em nenhum momento, duvidaram do meu potencial. Por fim, rendo homenagem aos professores que não se contentam com o mínimo, mas que se dedicam incansavelmente à busca da excelência.

AGRADECIMENTOS

Manifesto, primeiramente, minha mais sincera gratidão à base deste trabalho: minha esposa, Maria Lavínia da Silva, e meu filho, Enzo Gabriel de Oliveira Nascimento, pela compreensão e apoio nos momentos em que precisei ausentar-me. Agradeço, especialmente, por terem sido meus ouvintes atentos e companheiros durante todo este processo, sempre oferecendo palavras de incentivo e acolhimento.

Agradeço à fundação de apoio ARAUCÁRIA por financiar a minha pesquisa, além de contribuir com minha permanência no programa. Expresso, também, minha profunda gratidão à professora Dra. Meire Aparecida Lóde Nunes, por ter aceitado o convite de integrar esta jornada acadêmica, contribuindo de forma decisiva para a construção desta dissertação. A sua dedicação, generosidade e profissionalismo são admiráveis. O mundo certamente necessita de mais educadores como a senhora. Almejo, um dia, tornar-me ao menos metade da profissional que és. Professores são grandes influenciadores, e a senhora foi, sem dúvida, a responsável por me inspirar a ser uma pessoa e uma profissional melhor.

Não poderia deixar de mencionar e agradecer à minha orientadora, professora Rosangela Trabuco, por ter me acolhido como orientanda no decorrer deste percurso. Ressalto a pessoa extraordinária que é sempre atenta, disponível e disposta a ouvir minhas sugestões, demonstrando sensibilidade e comprometimento em cada etapa deste trabalho. Sua orientação foi essencial para a solidez e qualidade desta pesquisa.

Por fim, estendo meus agradecimentos a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho. Em especial, registro minha gratidão ao professor Wesley Delconti, membro do Colegiado de Educação Física, pela constante disponibilidade em esclarecer dúvidas e oferecer suporte técnico nas especificidades da área.

“A prioridade é sermos honestos conosco. Nunca poderemos ter um impacto na sociedade se não nos mudarmos primeiro. Os grandes pacificadores são todos gente de grande integridade e honestidade mas, também, de humildade” (Nelson Mandela s. d).

OLIVEIRA, Verusca Vanilza de. **Educação Física no Brasil: Uma Análise Histórica da Formação de Professores**. 101 folhas. Dissertação (Mestrado em Ensino: Formação Docente Interdisciplinar) – Universidade Estadual do Paraná – Campus de Paranavaí. Orientador: Rosangela Trabuco. Paranavaí, 2026.

RESUMO

Esta pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-graduação e Formação Docente Interdisciplinar (PPIFOR), seguindo a linha Educação, Ensino e Formação de professores. O estudo objetiva analisar o início da formação dos professores de Educação Física e a implementação do curso superior no Brasil, a fim de compreender a formação de professores de Educação Física na atualidade. Entre as motivações particulares que contribuíram para a elaboração deste estudo destaca-se a preocupação com a formação dos professores e sua relação com a compreensão da história desse campo. Vale ressaltar que a nossa compreensão histórica é resultante das atividades desenvolvidas no grupo de pesquisa Laboratório de Estudos Corporais (LEC), no qual realizamos leituras e produções científicas com base nos autores clássicos que nos possibilitam ampliar a nossa compreensão, para assim entender a importância acerca das inquietações do campo da Educação Física. Utilizamos como base autores como Valter Bracht, Soeiro, Barreto, Tardif, Novóia, Le Goff, Rüsen, Rui Barbosa, podemos ainda adicionar leis e decretos que serviram como regulamentadores da profissão no Brasil. Em alguns momentos a Educação Física acaba se tornando alvo de críticas por parte de outras áreas do sistema educacional, sendo vista como uma disciplina onde as crianças vão apenas correr e jogar bola. Essas especulações atreladas a este campo acabam se tornando um obstáculo para que se compreenda a Educação Física em uma dimensão educacional e suas interfaces com diferentes campos de saber. A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, conforme os pressupostos metodológicos apresentados por Gil (2006) O método utilizado é a História Social de Castro (1997), pois entende-se que todo o processo de formação do homem se desenvolve no contexto social. Ou seja, ao analisar e compreender acontecimentos passados, está explicando os processos históricos de forma lógica. Para atender ao objetivo proposto, tem-se como objetivos específicos, analisar o contexto histórico da Educação Física no Brasil durante o Período Colonial (1500) até o Brasil República Velha (1930). identificar o início da formação dos professores de Educação Física no Brasil. mostrar como a Educação Física se encontra na atualidade. Ao final, espera-se mostrar a importância para o desenvolvimento dos professores desta área, tendo em vista que o conteúdo pode resolver várias problemáticas que englobam a fase da formação acadêmica.

Palavras-chave: História da Educação Física; Formação Inicial docente; Ensino; Ginástica.

OLIVEIRA, Verusca Vanilza de. **Educação Física no Brasil: Uma Análise Histórica da Formação de Professores**. 101 folhas. Dissertação (Mestrado em Ensino: Formação Docente Interdisciplinar) – Universidade Estadual do Paraná – Campus de Paranavaí. Orientador: Rosangela Trabuco. Paranavaí, 2026.

ABSTRACT

This research is linked to the Interdisciplinary Postgraduate and Teacher Training Program (PPIFOR), following the line of Education, Teaching and Teacher Training. The study aims to analyze the beginning of the training of Physical Education teachers and the implementation of the higher education course in Brazil, in order to understand the training of Physical Education teachers today. Among the particular motivations that contributed to the elaboration of this study, the concern with teacher training and its relationship with the understanding of the history of this field stands out. It is worth noting that our historical understanding is the result of activities developed in the research group Laboratory of Body Studies (LEC), in which we carry out readings and scientific productions based on classic authors that allow us to broaden our understanding, in order to understand the importance of the concerns of the field of Physical Education. We used as a basis authors such as Valter Bracht, Soeiro, Barreto, Tardif, Novóia, Le Goff, Rüsen, Rui Barbosa; we can also add laws and decrees that served as regulators of the profession in Brazil. At times, Physical Education becomes the target of criticism from other areas of the educational system, being seen as a subject where children only run and play ball. These speculations linked to this field end up becoming an obstacle to understanding Physical Education in an educational dimension and its interfaces with different fields of knowledge. The research is characterized by a qualitative approach, according to the methodological assumptions presented by Gil (2006). The method used is Castro's (1997) Social History, as it is understood that the entire process of human formation develops in a social context. That is, by analyzing and understanding past events, historical processes are explained logically. To meet the proposed objective, the specific objectives are: to analyze the historical context of Physical Education in Brazil during the Colonial Period (1500) until the Old Republic (1930); to identify the beginning of the training of Physical Education teachers in Brazil; and to show how Physical Education is currently situated. Ultimately, the aim is to demonstrate the importance of this content for the professional development of teachers in this field, considering that it can address various issues related to the academic training phase.

Key words: History of Physical Education; Initial Teacher Training; Teaching; Gymnastics.

LISTA DE SIGLAS

1	BDTD: <i>Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações</i>
2	CAPES: <i>Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior</i>
3	LDB: <i>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional</i>
4	CREFISP: <i>Conselho Regional de Educação Física do Estado de São Paulo</i>
5	CONFED: <i>Conselho Federal de Educação Física</i>
6	ENEFD: <i>Escola Nacional de Educação Física e Desportos</i>
7	ESEF: <i>Escola Superior de Educação Física</i>
8	EsEFEx: <i>Escola de Educação Física do Exército</i>
9	EEF/IPM: <i>Escola de Educação Física da Polícia Militar</i>
10	CMEF: <i>Centro Militar de Educação Física</i>
11	MEC: <i>Ministério da Educação</i>
12	PNE: <i>Plano Nacional de Educação</i>

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Levantamento das produções acadêmicas.....	19
Quadro 2: Corpus de análise.....	20
Quadro 3: Categorização.....	23
Quadro 4: Conteúdos ministrados no curso de Educação Física no Brasil em 1945 de acordo com a alteração do Decreto nº 1.212 de 17 de abril de 1939.....	69
Quadro 5: Panorama da Educação Física no país até os anos 2000.....	74
Quadro 6: Resolução cne/ces nº 4/2009.....	80
Quadro 7: Diferenças entre as áreas da Educação Física.....	82
Quadro 8: Momentos históricos da formação de professores de Educação Física.....	87

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: <i>Esgrimistas Italianos lecionando no Brasil</i>	58
Imagem 2: <i>Reportagem da abertura do Centro Militar de Educação Física do Exército/Escola de Educação Física do Exército do Rio de Janeiro</i>	60
Imagem 3: <i>Primeira turma de pessoas capacitadas na área da Educação Física</i>	61
Imagem 4: <i>Primeiros profissionais da área no Brasil</i>	62
Imagem 5: <i>Momento da incorporação à USP/ conquista da Sede</i>	65
Imagem 6: <i>Implementação dos programas de Mestrado e Doutorado</i>	66
Imagem 7: <i>Primeira faculdade civil do Brasil</i>	67

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	15
1.1 Introdução à Pesquisa.....	16
2 METODOLOGIA.....	28
3 A EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL ANTES DO SURGIMENTO DAS UNIVERSIDADES	31
3.1 A IMPORTÂNCIA DO PERÍODO COLONIAL NO SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL	34
3.1.1 A Educação Física no período Brasil Império	36
3.1.1.1 <i>Brasil República Velha e a Educação Física (1889–1930)</i>	47
4 AS ESCOLAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL	55
5 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ATUALIDADE.....	73
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	90

1 APRESENTAÇÃO

Minha trajetória pessoal e acadêmica foi marcada por experiências significativas que me conduziram à formação em Educação Física. Meu primeiro contato com esse campo ocorreu por meio do Atletismo, modalidade na qual conquistei resultados expressivos: fui campeã brasileira e recordista paranaense no lançamento de martelo, título que permanece vigente até o presente momento. Recebi, ainda, o reconhecimento de melhor atleta do Paraná pelo evento Orgulho Paranaense, em 2012.

No entanto, mais do que exaltar essas conquistas individuais, reconheço que minha formação foi profundamente influenciada pelos profissionais que me acompanharam neste percurso. A dedicação, o cuidado e o compromisso dos meus treinadores, todos atuantes na área da Educação Física, foram determinantes para que eu almejassem ingressar no Ensino Superior.

Assim, a Educação Física se consolidou em minha vida desde a infância, revelando-se como um campo amplo e repleto de possibilidades. Em 2020, iniciei minha graduação, concluída em 2023, período no qual, apesar das adversidades impostas pela pandemia, pude enriquecer minha formação ao atuar como bolsista em programas de extensão e como voluntária em projetos de Iniciação Científica ao longo dos quatro anos. Antes de me formar em Educação Física, conquistei a minha vaga no mestrado pelo Programa de Pós-graduação e Formação Docente Interdisciplinar (PPIFOR), onde hoje produzo esta dissertação.

Sinto-me orgulhosa da trajetória construída. Durante esse percurso, empenhei-me continuamente em desenvolver minha melhor versão, mesmo diante dos desafios. Contudo, reconheço que algumas lacunas permaneceram, seja em razão das dificuldades impostas pelo contexto pandêmico, seja pela abrangência dos saberes que compõem a Educação Física. Entre essas lacunas, destaca-se a compreensão sobre a história da formação docente na área — a história da própria profissão à qual pertencço.

Tal inquietação tornou-se um dos principais motivadores deste estudo. Acredito na relevância de aprofundar esse conhecimento, contribuindo não apenas para sanar minhas próprias dúvidas, mas também para auxiliar futuros profissionais que, de alguma forma, não tiveram acesso a tais conteúdos durante sua formação inicial.

1.1 INTRODUÇÃO À PESQUISA

Esta seção possui o objetivo de apresentar as reflexões que deram origem à produção dessa dissertação.

A Educação Física enquanto campo de conhecimento e prática social, vem se consolidando como uma área essencial para a promoção do bem-estar físico, mental e social da população. Atualmente o curso de graduação em Educação Física, que é regulamentada pelo Ministério da Educação (MEC) “Art. 1º O § 3º do art. 26 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 [...]” (Brasil, s. d), proporciona uma formação ampla, com habilitação em: Licenciatura, voltada para o contexto escolar; e em Bacharelado, com enfoque em clubes, clínicas, academias e demais espaços não escolares. O curso não se dirige apenas a aquisição de habilidades técnicas, ele busca formar profissionais críticos, capazes de compreender a complexibilidade do fenômeno corporal em diferentes contextos.

A Educação Física ocupa a posição de principal promotor da saúde em nosso meio social, no entanto “[...] muitas vezes é relacionada apenas ao aspecto biológico, sobretudo dentro das escolas e, mesmo fora delas, no trabalho desenvolvido em academias, clubes, “escolinhas de esportes”, orientação ao exercício, dentre outros”, conforme estudos de Figueiredo (2004, p. 89). Além disso, no meio social, a Educação Física possui o papel fundamental na democratização do acesso ao exercício físico como um direito de todos os cidadãos, independentemente de classe social, idade, condições físicas e outros fatores. Essa perspectiva reforça a função social da profissão, que vai além da estética, do rendimento esportivo, do desenvolvimento educacional, passando a integrar uma visão mais ampla de saúde física, mental e social.

Em alguns momentos a Educação Física acaba se tornando alvo de crítica por parte de outras áreas do sistema educacional, sendo vista como uma disciplina onde as crianças vão apenas correr e jogar bola, essas especulações atreladas a este campo acabam se tornando “[...] um entrave para que se possa compreender a Educação Física em uma dimensão educacional mais ampla e também suas interfaces com diferentes campos de saberes” (Figueiredo, 2004, p. 89). Pode-se afirmar que essa é uma preocupação recorrente entre alguns docentes do ensino superior, os quais acabam por dedicar mais tempo desconstruindo as críticas,

desmistificando a ideia de que a Educação Física não atua diretamente no processo educacional do que na promoção da construção de novos saberes. Apesar da sua relevância, Ghilardi (1998) aponta que a área ainda enfrenta preconceitos históricos que dificultam sua articulação com outras disciplinas, reflexo da forma como o curso foi instituído no Brasil, com ênfase inicial em abordagens esportivas em detrimento de perspectivas educacionais.

A análise histórica desse processo é fundamental, pois, embora os professores da área devam conhecer sua origem, esse conteúdo muitas vezes é diluído entre os demais temas abordados durante a formação. Isso propicia questionamentos críticos, como este: Quais motivações históricas e sociais acarretou a preocupação com a formação dos primeiros professores de Educação Física no Brasil? Essa questão é pertinente, uma vez que as abordagens mais recorrentes nos cursos de Educação Física concentram-se em seu crescimento a partir da década de 1980, período em que surgiram no cenário nacional diversos movimentos orientados por inúmeras matrizes teóricas, que se propuseram a discutir o papel da Educação Física no contexto da sociedade brasileira.

O que despertou o interesse em estudar a formação docente dos professores dessa área, bem como a história da criação dos Cursos de Educação Física no Brasil. O interesse surgiu ainda no primeiro ano letivo da graduação, quando foi realizado o Projeto de Iniciação Científica Voluntário (PIC), do qual desenvolvi projetos durante os 4 anos. Ao longo da minha trajetória acadêmica, publiquei diversos projetos com enfoque histórico, destacando-se o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *Corpo na Idade Média: um estudo da representação de Maria Madalena*. Esse estudo possibilitou uma breve análise da história do corpo, evidenciando, nesse processo, a relevância da compreensão histórica como instrumento formativo no ensino da Educação Física.

Não satisfeita, entrei em programas de extensão ofertados pela Universidade Estadual do Paraná (Unespar), dos quais foram desenvolvidos estudos históricos voltados ao contexto esportivo e à área da saúde: *Análise dos recordes paranaenses da modalidade de atletismo dos atletas de Paranaíba-Pr*; *Aptidão física relacionada ao desempenho motor em adultos com sobrepeso e obesidade*. A partir dessas vivências, ao longo da graduação, tornou-se compreensível a importância do conhecimento histórico da Educação Física em suas diversas dimensões, uma vez

que seus registros não se restringem a um simples relato cronológico, mas expressam um contexto sociocultural mais amplo, no qual essa área do saber foi construída.

Percebe-se, geração após geração, um crescente esquecimento do significado histórico da Educação Física, o qual pode ser atribuído à falta de compreensão de sua trajetória. A compreensão histórica deveria caminhar lado a lado com as transformações da área, pois, como afirma Le Goff (2006, p.10): “Ora, onde há mudança no tempo, há história”.

Entre as motivações particulares que contribuíram para a elaboração deste estudo destaca-se a preocupação com a formação dos professores e sua relação com a compreensão da história desse campo. Vale ressaltar que a nossa compreensão histórica é resultante das atividades desenvolvidas no grupo de pesquisa Laboratório de Estudos Corporais (LEC), na qual realizamos leituras e produções científicas com base nos autores clássicos que nos possibilitam ampliar a nossa compreensão, para assim entender a importância acerca das inquietações do campo da Educação Física.

Destacamos ainda as observações realizadas durante os estágios obrigatórios, esses momentos de experiências proporcionado pelo curso de Educação Física, é uma oportunidade na qual os acadêmicos em formação atuam diretamente como um professor já graduado. Nessa etapa, observei a existência de professores que também não sabiam realmente a história do nosso curso e que ainda se sentem incomodados com esse vazio durante nossa formação.

Adquirindo a consciência da importância do estudo para o processo de formação continuada, antes de me formar, participei das provas de seleção do mestrado no Programa de Pós-Graduação em Formação Docente Interdisciplinar (PPIFOR) da Universidade Estadual do Paraná, campus Paranavaí - Pr. Após minha aprovação, me deparo com a necessidade de estudar a história da criação da universidade de Educação Física no Brasil a fim de contribuir com a formação dos professores de Educação Física.

Para dar embasamento a pesquisa realizamos um levantamento das produções acadêmicas sobre a temática denominado estado do conhecimento, caracterizado pela “[...] identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática” (Morosini, Fernandes, 2014, p. 155). O estado do conhecimento propicia uma visão ampla e atual

das questões gerais ligadas ao objeto da investigação, sendo “[...] um estudo basilar para futuros passos dentro da pesquisa pretendida” (Morosini; Fernandes, 2014, p.158).

Para embasar a pesquisa, foi realizado um levantamento das produções acadêmicas nas plataformas Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) utilizando os descritores "História, Universidade e Educação Física", "Origem, Universidade e Educação Física" e "História, Formação de Professores e Educação Física". As buscas foram realizadas no dia 29 de março de 2025. Utilizamos como critério de inclusão e exclusão a leitura dos títulos e resumos. Cada busca teve como critério, possuir no mínimo dois descritores no título. Na leitura dos resumos os estudos precisavam ter compatibilidade com a proposta desta dissertação, abordando conteúdos referente a história da criação das universidades de Educação Física no Brasil. As pesquisas que não possuíram uma relação com o objeto de estudos foram descartadas. Como resultado, foram encontrados dezessete trabalhos como apresenta o quadro 1.

Quadro 1: Levantamento das produções acadêmicas.

Base de dados	Termos de busca	Trabalhos encontrados	Selecionados pelo título	selecionados após leitura dos resumos
BDTD	História, Universidade e Educação Física	5758	500	9
CAPES	História, Universidade e Educação Física	925	33	3
SciELO	História, Universidade e Educação Física	17	3	2
BDTD	Origem, Universidade e Educação Física	738	2	0

CAPES	Origem, Universidade e Educação Física	168	2	0
SciELO	Origem, Universidade e Educação Física	8	2	0
BDTD	História, Formação de professores e Educação Física	1980	190	2
CAPES	História, Formação de professores e Educação Física	305	52	1
SciELO	História, Formação de professores e Educação Física	3	1	0
Corpus de análise				17

Fonte: elaborado pelas autoras.

Na primeira busca utilizamos os descritores “História, Universidade e Educação Física” e selecionamos 9 trabalhos na BDTD, 3 na plataforma CAPES e 2 estudos na SciELO. Utilizando as palavras “Origem, Universidade e Educação Física” para realizar a segunda busca e nenhuma pesquisa foi selecionada. Na última busca encontramos 5 estudos na BDTD, 1 na CAPES e zero trabalhos na SciELO. Após o levantamento das produções, verificou-se os trabalhos selecionados para não se repetirem, totalizando 17 produções.

Na etapa seguinte, procedeu-se ao levantamento dos temas previamente selecionados para o estudo, com a devida identificação dos respectivos anos de publicação, formato e suas autorias conforme mostra o quadro 2.

Quadro 2: Corpus de análise.

Trabalho	Ano De Publicação	Título	Autor	Formato
----------	-------------------	--------	-------	---------

3	1996	Escola Nacional De Educação Física E Desportos : Uma Possível História	Melo, Victor Andrade De,	Dissertação
15	2011	A Escola Superior De Educação Física E O Campo Da Formação De Professores Do Estado Sul-Rio-Grandense: As Origens Da Formação Especializada (1869-1929)	Vanessa Bellani Lyra Janice Zarpellon Mazo	Artigo
9	2012	Processos De Formação E Práticas Docentes Na Constituição Histórica Da Educação Física Escolar No Espírito Santo, Nas Décadas De 1930 E 1940	Borel, Tatiana	Dissertação
11	2012	Estudo Histórico Sobre A Formação Profissional Na Escola De Educação Física E Esporte Da Universidade De São Paulo (1980-1990)	Edivaldo Góis Junior Vilma Leni Nista-Piccolo Bruna Ribeiro Dias Sammia Smirna Freitas Teixeira Vaneska Carmona Tapia De Freita Camila Queiroz De Souza	Artigo
4	2013	A Criação Da Escola Superior De Educação Física Do Rio Grande Do Sul : Formação De Professoras(Es) Para A Construção Do Campo (1940-1970)	Lyra, Vanessa Bellani	Tese
13	2013	Notas Sobre A História Da Educação Física No Triângulo Mineiro (Ituiutaba - 1934-1971) * Notes On The History Of Physical Education In The "Triângulo Mineiro" (Ituiutaba –	Andréa Azevedo De Oliveira Saulóeber Társio De Souza	Artigo

		1934-1971)		
10	2014	Primeiro Curso De Educação Física Na Bahia - Trajetórias E Personagens	Roberto Gondim Pires Coriolano Pereira Da Rocha Junior Felipe Eduardo Ferreira Marta	Artigo
6	2016	Currículo Escrito E A História Da Educação Física No Brasil (1896-1945)	Silva, Ribamar Nogueira Da	Dissertação
17	2016	A História Da Educação Física E Os Primeiros Cursos De Formação Superior No Brasil: O Estabelecimento De Uma Disciplina (1929-1958)	Priscilla Kelly Figueiredo	Tese
16	2017	O Ensino De História Da Educação Física No Curso De Educação Física Do Espírito Santo (1931-1939)	Will, Thiago Ferraz	Dissertação
14	2018	Saberes Da História Da Educação Física Em Presidente Prudente: Desfile Escolar Uma Tradição De Práticas Pedagógicas (1937-1971)	Jaqueline Costa Castilho Moreira	Artigo
7	2019	Os Governos De Getúlio Vargas (1930-1954) E A Educação Física Escolar No Estado De São Paulo: Lembranças De Velhos Professores	Corrêa, Denise Aparecida	Tese
2	2020	Dar À Educação Física Uma História Nacional: A Obra História Da Educação Física E Dos Desportos No Brasil,	Gyna, De Ávila Fernandes	Tese

		De Inezil Penna Marinho		
5	2020	A Formação De Professores Na Revista De Educação Física (1932-1942)	Camilo, Paula Bárbara Miranda	Dissertação
12	2020	A História Da Educação Física Escolar No Brasil: Leis E Decretos Norteadores	Maicon Luiz Mommad	Artigo
1	2023	Educação Física Em Salvador: Narrativas De Uma História	Lemos, Maria Elisa Gomes	Tese
8	2024	Em Busca De Um Professor Especializado : A Constituição Da Escola De Educação Física E Desportos Do Paraná (1934-1945)	Corrêa, Cahuane	Tese

Fonte: elaborado pelas autoras.

Observa-se que a maior parte dos artigos foram extraídos da base SciELO com duas produções e CAPES com quatro trabalhos, totalizando seis artigos. No que se refere às dissertações, todas foram obtidas na BDTD, somando cinco trabalhos. Da mesma forma, as teses, as seis pesquisas foram exclusivamente da BDTD. No total, foram incluídos 17 trabalhos, com predominância de teses e artigos com seis produções cada, seguido por cinco dissertações. Esses dados evidenciam a importância da BDTD como fonte de produção acadêmica stricto sensu, enquanto a base CAPES se destacou na identificação de artigos, juntamente com a SciELO.

Após o levantamento das produções, procedeu-se à categorização dos estudos, os quais foram organizados conforme as respectivas áreas do conhecimento, conforme o programa de pós-graduação que a pesquisa pertence, conforme apresentado no quadro 3.

Quadro 3: Categorização.

CATEGORIAS	TRABALHOS
Educação	1,2,5,6,8,9,11,12,14,17
Educação física	3,4,10,13,15,16
História	7

Fonte: elaborado pelas autoras.

Observa-se que a área da Educação concentra o maior número de trabalhos produzidos, totalizando dez pesquisas. Na sequência, destaca-se a área da Educação Física, com seis estudos. Verificou-se, ainda, que a área da história apresenta apenas um trabalho. A partir dessas observações podemos identificar um número baixo de produções, principalmente no campo da História. Observa-se ainda, que a maioria dos estudos da história da Educação Física foram realizados pela área da Educação, significando uma maior presença dos profissionais da área com interesses educacionais.

Após a categorização dos estudos, identificou-se que na área da Educação, os trabalhos de número 1, 8, 9, 12, e 14 buscam narrar a história da Educação Física de forma individualizada. Essas pesquisas retratam o desenvolvimento da área a partir de movimentos específicos em seus respectivos estados, destacando a relevância de determinados personagens no percurso da Educação Física em suas cidades. O trabalho 1 aborda a formação da primeira turma de Educação Física na Bahia; o trabalho 8 trata do surgimento da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná; o trabalho 9 analisa a constituição da Educação Física no Espírito Santo; o trabalho 12 tem como objetivo demonstrar o desenvolvimento histórico das políticas públicas educacionais no campo da Educação Física escolar, com ênfase no período em que a disciplina passou a integrar obrigatoriamente o currículo da educação básica; por fim, o trabalho 14 concentra-se na implantação da disciplina de Educação Física nas escolas do município de Ituiutaba, localizado no Triângulo Mineiro.

As pesquisas de número 2, 5, 6, 11 e 17 têm como foco central a construção e compreensão da história da Educação Física. O estudo 2 busca compreender os pressupostos e a concepção da obra *História da Educação Física e dos Desportos no Brasil*; o estudo 5 investiga a formação de professores de Educação Física no Brasil, com foco nas instituições formadoras bem como nos saberes e práticas difundidos pela *Revista de Educação Física*; já o estudo 6 analisa a relação entre o currículo e

a história da Educação Física escolar no Brasil, no período compreendido entre o início da Primeira República (1889) e o final da Era Vargas (1945); o estudo 11 tem como objetivo analisar as influências dos debates sobre Educação Física, ocorridos na década de 1980, no contexto da Escola de Educação Física e Esporte; por fim, o estudo 17 dedica-se à análise da disciplina História da Educação Física e sua institucionalização nos currículos dos cursos de formação em Educação Física, no período de 1929 a 1958. A investigação, ao examinar os currículos desses cursos, possibilitou o estabelecimento de conexões entre o ensino da referida disciplina e a trajetória histórica da formação de professores em Educação Física no Brasil.

Os trabalhos vinculados à área da Educação Física analisam o processo de formação docente neste campo, considerando contextos geográficos e institucionais distintos. A pesquisa 3 teve como objetivo resgatar e narrar uma das possíveis histórias da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), a primeira instituição de formação de professores de Educação Física ligada a uma universidade brasileira; a pesquisa 4 aborda a história da primeira universidade de Educação Física do Rio Grande do Sul, situando-a história da Educação Física no Brasil; a pesquisa 10 trata da criação do primeiro curso superior em Educação Física na Bahia, destacando seus marcos fundacionais; por sua vez a pesquisa 13 investiga os “desfiles escolares” como uma tradição de prática docente entre 1937-1971; a pesquisa 15 enfatiza que, para compreender a Escola Superior de Educação Física (ESEF) como a primeira instituição de ensino superior responsável pela formação de professores na área do referido estado, é necessário considerar os esforços anteriores de sistematização dessa formação; por fim, a pesquisa 16 propõe uma reflexão sobre o ensino de História da Educação Física na Escola de Educação Física do Espírito Santo, discutindo seus fundamentos e perspectivas pedagógicas.

A categoria História identificou apenas um trabalho. O estudo 7 tem como objetivo reconstituir a trajetória histórica da Educação Física Escolar durante os governos Vargas, com ênfase nas décadas de 1930, 1940 e 1950.

Essa análise do estado do conhecimento permitiu mapear a produção acadêmica existente acerca da história da criação das universidades de Educação Física no Brasil. No entanto, o levantamento não permitiu estabelecer o marco inicial dos primeiros cursos de formação de professores desta área. Contudo, compreendemos que esse levantamento, embora significativo, ainda não contempla

de forma abrangente todas as dimensões históricas desse processo. Por isso, consideramos necessário ampliar o escopo da investigação, recorrendo a outras fontes históricas, como os acervos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e do Instituto Rui Barbosa, que resguardam documentos de valor histórico inestimável.

Com o intuito de nos apropriarmos do conteúdo e fornecer subsídios teóricos aos profissionais da área, propomos uma análise histórica da Educação Física que possa fomentar a valorização da disciplina enquanto componente formativo e seu papel no desenvolvimento social. Conforme exposto no livro *A Teoria da História*, o historiador Jörn Rüsen (2015) afirma que as narrativas históricas se estabelecem em diálogo com a "realidade histórica". Essa perspectiva nos convida a superar a concepção reducionista da Educação Física como mero espaço de práticas lúdicas. Ao contrário, a disciplina deve ser compreendida como um campo sistematizado de saberes, com ampla produção teórica e histórica (Dario et al., 1999).

O conhecimento histórico é de fundamental importância para a área da Educação Física, pois permite compreender sua constituição como campo de saber, prática pedagógica e profissão. A história fornece subsídios para analisar criticamente os processos sociais, políticos e culturais que modelaram as diferentes concepções e práticas corporais ao longo do tempo, bem como o desenvolvimento do próprio conceito de corpo, saúde e educação. Segundo Bracht (2003), a Educação Física não pode ser compreendida isoladamente de seu contexto histórico, uma vez que suas práticas estão profundamente enraizadas em projetos sociais e educacionais específicos de cada época.

Ao analisarmos a história podemos observar pontos importantes para a consolidação da Educação Física. O processo educacional está presente em diferentes momentos da história. Segundo Le Goff (1990), o passado não deve ser compreendido como algo estático ou inerte, mas sim como um componente ativo na formação das identidades, das instituições e das culturas. Nesse sentido, observa-se que, historicamente, as práticas relacionadas à Educação Física estiveram presentes desde os primórdios da humanidade, ainda que não sistematizadas como área do conhecimento. Entre os povos primitivos, a educação se baseava no desenvolvimento integral do ser humano, voltado à sobrevivência em seu meio social e natural. Assim, as atividades motoras como correr, saltar, arremessar e caçar assumiram papel fundamental na organização da vida cotidiana, configurando-se como expressões

corporais essenciais para a adaptação e manutenção da existência humana naquele período. “Analisando de maneira retrospectiva, discute-se que o ser humano desde os primórdios de seu processo evolutivo já se utilizava de manifestações corporais para se manter protegido e alimentado [...]” (Moreira, *et al*, 2023. p.67). Visto que as atividades básicas como a caça, pesca assim como se proteger de predadores necessitavam de habilidades psicomotoras.

A Educação Física, portanto, transcende o senso comum associado à prática esportiva — como “jogar bola” — e deve ser reconhecida por sua complexidade conceitual e por seu potencial de reflexão crítica. Para Rüsen (2015), o pensamento histórico sintetiza a relação entre tempo, história e sentido, sendo ele fundamental para conceber a cultura como uma dimensão distinta do mundo natural. Nesse sentido, o pensamento histórico permite edificar e transformar o mundo cultural, ressignificando a experiência temporal.

A concepção tradicional da atuação profissional da Educação Física, centrada majoritariamente em habilidades motoras, vem sendo gradualmente substituída por uma abordagem que valoriza a apropriação de um corpo sistematizado de conhecimentos. Conforme Manoel (1996), essa nova perspectiva visa à compreensão das atividades motoras e ao desenvolvimento de tecnologias voltadas à sua promoção. Desse modo, o estudo objetiva analisar o início da formação dos professores de Educação Física e a implementação do curso superior no Brasil, a fim de compreender a formação de professores de Educação Física na atualidade. Com este estudo, espera-se mostrar que o ensino desse conteúdo é de extrema importância para o desenvolvimento dos professores desta área, tendo em vista que o conteúdo pode resolver várias problemáticas que englobam a fase da formação acadêmica.

METODOLOGIA

Referente aos procedimentos metodológicos, nos baseamos no método da História Social, pois entendemos que todo o processo de formação do homem se desenvolve no contexto social, “Nessa perspectiva, a relação passado-presente se estabelece para proposições futuras” (Souza, 2020. n.p). Ou seja, ao tentarmos analisar e compreender acontecimentos passados, estamos nos auxiliando a explicar os processos históricos de forma lógica, neste sentido “[...] a história social passa a ser encarada como perspectiva de síntese, como reafirmação do princípio de que, em história, todos os níveis de abordagem estão inscritos no social e se interligam” (Castro, 1997. s.p).

A história social, em sentido restrito, surgiu como uma abordagem que buscava formular problemas históricos específicos relacionados ao comportamento e às relações entre os diversos grupos sociais. Nessa perspectiva, compreende-se que os sentidos e os conceitos são construções históricas e, portanto, mutáveis. Esse entendimento, como afirma Rüsen (2015), possibilita aos homens tornarem-se agentes de seu próprio futuro, uma vez que a consciência da historicidade das relações sociais amplia a capacidade de intervenção sobre a realidade.

A análise histórica possibilita identificar como a Educação Física foi, em diferentes momentos, instrumentalizada por interesses ideológicos, como, por exemplo, os projetos higienistas e militaristas do início do século XX. O conhecimento histórico contribui para a formação crítica dos profissionais da área, pois possibilita a compreensão das transformações teóricas e metodológicas que ocorreram na Educação Física escolar, como a transição de modelos biologicistas para abordagens mais críticas e socioculturais (Betti, 1991).

A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, conforme os pressupostos metodológicos apresentados por Gil (2006), que destaca a importância da investigação qualitativa na compreensão profunda dos fenômenos sociais, valorizando a subjetividade dos participantes e o contexto em que estão inseridos.

Para a realização do estudo, optou-se por um encaminhamento metodológico composto por duas etapas a primeira bibliográfica, a qual explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos, “[...] buscam conhecer e analisar contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado

assunto, tema ou problema” (Raupp e Beuren, 2003, p. 86). Para isso, vê-se necessário o levantamento de trabalhos, leituras e fichamentos.

Na segunda etapa, o desenvolvimento da análise documental, seguindo as indicações de Gil, sugerindo que “Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc” (Gil, 2002, p. 44). Podemos acrescentar a esta lista outros documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, regulamentos, ofícios e a *Coleção de Leis do Império do Brasil*.

Cabe destacar que esta dissertação não se limita ao levantamento cronológico de datas ou fatos de uma única instituição acadêmica, tão pouco faz uso exclusivo de documentos tradicionais. Contudo, não se ignora o valor desses elementos. Pelo contrário, buscamos ampliar as possibilidades metodológicas, estabelecendo um diálogo entre documentos formais e outras fontes de natureza diversa. Acreditamos que essa abordagem propicia uma investigação mais abrangente e sensível sobre uma história ainda pouco explorada, permitindo uma (re)discussão significativa da história da Educação Física no Brasil.

Tentamos redimensionar as possibilidades realizando um diálogo entre os documentos tradicionais, como, o livro “*Tratado da educação física e moral dos meninos de ambos os sexos*”, traduzido pelo autor Luiz Carlos Moniz Barreto, com outras fontes, como o site oficial da Polícia Militar do estado de São Paulo “A força pública de São Paulo (Secretaria da Segurança Pública)”, o jornal da Universidade de São Paulo “Jornal da USP”, podemos ainda mencionar outras instituições de ensino que mantêm guarda dessas documentações por meio de Centros de Memória, acervos, bibliotecas e produções científicas.

A presente dissertação está estruturada em três seções. A seção 1, intitulada *A Educação Física no Brasil antes do surgimento das universidades*, tem como objetivo analisar o contexto histórico da Educação Física no Brasil durante o Período Colonial (1500) até o Brasil República Velha (1930). Nesta seção abordamos o surgimento da Educação Física no Brasil, pois entendemos que para dar continuidade de onde e quando o curso se deu origem é preciso entender o que é a Educação Física, pois a formação de profissionais deste campo surge em decorrência de sua origem. A seção 2, *As escolas de formação de professores de Educação Física no Brasil*, objetiva identificar o início da formação dos professores de Educação Física no

Brasil. Essa seção é responsável por estabelecer onde surgiram os primeiros cursos da área no Brasil e quando os primeiros profissionais surgiram, além de estabelecer alguns decretos responsáveis por orientar a formalização do curso no país.

Por fim a seção 3, *A Formação de professores de Educação Física na atualidade*, tem como objetivo contextualizar o curso de Educação Física na atualidade, delimitando como espaço temporal os anos 2000 a 2025. Essa seção aborda como a Educação Física se encontra nos decretos, leis, Plano Nacional de Educação, visando identificar como a formação de professores desta área se estabelece nos dias atuais, abordando sua duração e conteúdos desenvolvidos.

3 A EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL ANTES DO SURGIMENTO DAS UNIVERSIDADES.

Esta seção tem por objetivo analisar o contexto histórico da Educação Física no Brasil durante o Período Colonial (1500) até o Brasil República Velha (1930), destacando os contextos políticos, sociais e educacionais que influenciaram sua prática e organização, bem como identificar os principais agentes institucionais e discursos que influenciaram a aplicação e compreensão da Educação Física no Brasil.

A expressão Educação Física surgiu no contexto europeu entre os séculos XVIII e XIX em um momento de profundas transformações sociais culturais e científicas associadas pelo iluminismo e revolução industrial, foi nesse cenário de valorização da razão da ciência e da formação do cidadão moderno que o corpo passou a ser objeto de interesse pedagógico e científico, dando origem ao que compreendemos como Educação Física. De acordo com Soares (1994), o termo “Educação Física” foi utilizado pela primeira vez de maneira sistematizada na Alemanha, por volta de 1800, com a obra de Jonathan Christopher Frederick Guts Muths, considerado um dos pais da Educação Física moderna.

Esse autor nasceu na pequena cidade prussiana de *Quedlingburg*, no ano de 1759, Guts Muths foi criado em meio a trabalhos manuais e a livros, entre eles destaca-se a chamada *Acerra Philologica*, o trabalho se refere a um conjunto de escritos de autores renomados da Antiguidade (Quitau, 2012). Em uma de suas obras publicadas em 1793, ele defendia uma formação corporal integrada à educação, moral e intelectual, contribuindo para o desenvolvimento harmonioso do indivíduo. Guts Muths acreditava fortemente que a ginástica poderia desempenhar este papel formativo, dando iniciativa a uma educação pelos meios ginásticos:

[...] ciente de que uma verdadeira teoria da ginástica deveria ser elaborada baseada em princípios fisiológicos, e a prática de cada exercício regulada pelas qualidades físicas de cada indivíduo, mas tal perfeição não é esperada deste trabalho, feito somente pela genuína experiência de 8 anos de prática, que me convenceram que a ginástica é necessária à educação (Guts Muths, 1800, p.viii, apud Quitau, 2012, p. 362).

Apesar de seu papel significativo em relação ao uso da ginástica no meio educacional, o fato do autor se embasar apenas em sua própria experiência serviu

como oportunidade para dúvidas de sua utilização, no entanto, sua fala marcou o início de um modelo que mais tarde seria disseminada em outras localidades, incluindo o Brasil.

No Brasil, a introdução oficial da Educação Física correu no século XIX, mais precisamente com a reforma do ensino secundário de 1851 durante o Império, que incluiu a ginástica como parte do currículo escolar, no entanto, como destaca Bracht (1997), essa inclusão esteve inicialmente voltada a disciplina e a formação do corpo para o trabalho e para a obediência, elementos centrais no projeto de modernização do estado brasileiro naquele momento.

Portanto, o surgimento do termo e da prática institucionalizada como Educação Física está ligada às necessidades políticas e sociais de cada época, seja para formar corpos produtivos disciplinados e saudáveis, a Educação Física emergiu como um campo de saber que busca articular o corpo, a cultura e a pedagogia.

Embora seja possível identificar indícios da prática de atividades corporais ao longo da história com registros que apontam para a presença de elementos relacionados à Educação Física em diferentes sociedades e épocas, não se pode afirmar que havia, de fato, uma estruturação sistemática voltada à formação profissional nessa área até a chegada da contemporaneidade, que de acordo com Erick Hobsbawm (2003) foi estabelecida por volta do século XX. A formação de professores neste campo teve início no Brasil em decorrência do surgimento da própria Educação Física como área de conhecimento e prática social.

Esse processo histórico está intrinsecamente ligado às transformações sociais culturais e políticas do país, especialmente no que se refere à valorização dos corpos, da saúde e da disciplina por meio da atividade física. Para compreendermos a complexidade dessa formação, é necessário, primeiramente, entender que o surgimento da profissão docente em Educação Física está diretamente relacionado ao movimento que originou essa área no Brasil.

A Educação Física não surgiu apenas como prática corporal, mas como uma construção social que envolveu a sistematização de saberes, a definição de objetivos educacionais e a regulamentação profissional. Nesse contexto emergiram preocupações fundamentais: quem estaria habilitado a ensinar esses conhecimentos? e de que maneira eles deveriam ser transmitidos? a partir dessas questões configurou-se o campo da formação docente em Educação Física, cujas diretrizes e bases vêm

sendo discutidas e elaboradas, como apontam autores como Bracht (1997) e Kunz (1991), que destacam a importância de uma formação crítica reflexiva e comprometida como as dimensões históricas e sociais da prática pedagógica.

A Educação Física, tal como a concebemos atualmente – enquanto campo de conhecimento, de intervenção pedagógica e de produção científica – passou por um longo processo de institucionalização e legitimação social no século XX, sua presença é amplamente observada em distintos espaços sociais desde o ambiente escolar onde atua como componente curricular obrigatório, até nas práticas vinculadas à promoção da saúde ao esporte e ao lazer.

Atualmente, com os avanços tecnológicos e a facilidade de acesso à informação, tornou-se mais viável compreender como os cursos de Educação Física foram estruturados ao longo do tempo. Isso também nos permite analisar, com mais profundidade, os processos de formação dos profissionais que atuam neste campo. A tecnologia contribuiu para o acesso a documentos históricos, legislações por currículos e produções acadêmicas que ajudam a construir uma visão mais ampla sobre a área. No entanto, ao realizarmos uma pesquisa de natureza histórica o objetivo não deve ser restringir a compreensão de aspectos isolados ou fragmentados da formação em Educação Física. Pelo contrário, buscamos entender sua origem e desenvolvimento de forma integral, retomando os elementos que contribuíram para a consolidação da área como campo de saber e de atuação profissional.

Nesse sentido, é fundamental compreender que a história da Educação Física no Brasil precisa ser contextualizada dentro de um cenário mais amplo. Embora muitas análises situam o seu surgimento oficial no século XIX, é no período colonial que encontramos os primeiros indícios de práticas corporais que, mesmo sem a sistematização acadêmica atual, já apresentavam elementos ligados à organização do corpo e ao controle social por meio do movimento.

Por isso, iniciaremos nossa análise pelo período Colonial, na qual compreende o intervalo entre 1500, com a chegada dos portugueses ao território, e 1822, quando ocorreu a independência do país, marcando o fim da dominação colonial portuguesa (Fausto, 2013). O período antecede diretamente o século XIX, momento em que a Educação Física foi oficialmente instituída no Brasil especialmente por meio das reformas educacionais e da influência de modelos europeus de ensino. Como destaca Soares (1994), a institucionalização da Educação Física esteve profundamente ligada

aos interesses políticos e ideológicos da época, contribuindo para a sua configuração como componente obrigatório nos currículos escolares.

3.1 A importância do período Colonial no surgimento da Educação Física no Brasil.

O período colonial brasileiro se estendeu de 1500 a 1822 e foi marcado por intensas transformações sociais e educacionais: “A mais antiga notícia sobre a Educação Física em terras brasileiras data o ano de sua descoberta, 1500” (Soares, 2012, s/p). Tal fato se deve ao relato de Pero Vaz de Caminha, de acordo com Ramos (1982) Pero Vaz em uma de suas cartas, relatou indígenas dançando, saltando, girando e se alegrando ao som de uma gaita tocada por um português, ele ainda menciona que esta foi certamente a primeira aula de ginástica e recreação relatada no Brasil. Podemos entender este acontecimento como manifestações corporais da cultura indígena, responsáveis por explicar a manifestação da Educação Física no país. Nesse contexto, embora a Educação Física não fosse reconhecida como uma disciplina formal, práticas corporais desempenhavam papéis significativos nas diversas culturas, refletindo concepções distintas sobre o corpo, movimento e saúde.

A escola voltada aos povos indígenas, durante o período colonial, foi implementada no Brasil a partir de 1549, com a chegada dos padres jesuítas, e permaneceu até 1759, quando foram expulsos do território. Nesse intervalo, o processo de escolarização tinha como principal objetivo a catequese e a conversão dos indígenas ao cristianismo. Por meio desse discurso religioso, os jesuítas conseguiram pacificar as populações indígenas e utilizá-las como força de trabalho nas construções e demais atividades coloniais. “A educação missionária, através de fracassos e frustrações, mostrou logo sua inoperância. O educador constata que o índio, [...] no profundo do seu ser é intocável” (Meliá, 1979, p.47).

No século XVIII, a política do Marquês de Pombal trouxe mudanças importantes na educação dos indígenas. Antes controlada pelos jesuítas, ela passou a ser comandada diretamente por Portugal, com foco especial na região da Amazônia. Em 1757, Pombal criou o Diretório dos Índios, que tinha como objetivo enfraquecer o poder dos jesuítas. Uma das medidas foi proibir o uso do Nheengatu (ou língua geral), criada pelos jesuítas para catequizar os indígenas, tornando obrigatório o uso da

língua portuguesa. No entanto, essa política não teve sucesso e foi encerrada em 1798, com a Carta Régia para a Província do Pará (Rodriguez; Oliveira, 2015).

Os povos indígenas, habitantes originais do Brasil, desenvolviam atividades físicas que estavam intrinsecamente ligadas à sua cultura, religião e sobrevivência. Segundo Gutierrez (1972) essas práticas incluíam brincadeiras, caça, pesca, natação e locomoção, além de atividades com propósitos utilitários guerreiras, recreativas e religiosas como danças e encenações. Tais atividades não apenas promoviam o desenvolvimento físico, mas também eram fundamentais para a formação moral e espiritual dos indivíduos. É importante mencionar que dentro da cultura indígenas se apresentam outras culturas, pois:

A originalidade de cada uma delas reside antes na maneira particular como resolvem os seus problemas e perspectivam valores que são aproximadamente os mesmos para os homens, porque todos os homens sem exceção possuem linguagem, técnicas, arte, conhecimentos de tipo científico, crenças religiosas, organização social, econômica e política. Ora, esta dosagem não é nunca exatamente a mesma em cada cultura (Lévi-strauss 1976, p. 75).

Outra cultura considerada pioneira em disseminar as características da Educação Física no Brasil foi a Africana. Com a chegada dos africanos escravizados ao Brasil durante o século XVI, novas manifestações culturais e corporais foram introduzidas. Entre os séculos XVI e XIX, africanos de diferentes línguas e origens foram capturados em conflitos internos entre os diversos reinos que existiam nas regiões da África afetadas pelo tráfico. Assim, tornaram-se escravizados e trazidos ao Brasil (Mattos; Abreu; Guran, 2014).

Criada na senzala, sobretudo nos estados do Rio de Janeiro e na Bahia, surge a capoeira, atividade ríspida, criativa e rítmica que era praticada pelos escravos (Ramos, 1982). Nessa perspectiva, compreende-se que, durante o período colonial brasileiro, as práticas corporais desenvolvidas por indígenas e africanos escravizados, representaram os primeiros elementos da Educação Física no Brasil.

Ao analisarmos as práticas físicas dos povos colonizadores no Brasil é essencial compreendê-las dentro do seu contexto histórico e sociocultural. Os colonizadores europeus, sobretudo os portugueses, trouxeram consigo uma série de práticas corporais que refletiam os valores e interesses e sua época. Essas atividades

estavam frequentemente relacionadas à preparação militar, ao trabalho físico e às manifestações religiosas efetivas. Segundo Soares (1994), a corporalidade dos colonizadores era orientada por uma lógica utilitária e funcional, sendo o corpo visto como instrumento de produção de guerra e de controle social.

As atividades físicas desenvolvidas pelos europeus eram marcadas por práticas militares, como a esgrima, a equitação e os treinamentos com armas brancas e de fogo, os quais tinham como objetivo principal a dominação territorial e a defesa das possessões coloniais. Bem como, os ritos religiosos, as procissões e autoflagelações envolviam expressões corporais intensas sendo instrumentos de fé e disciplina conforme destaca Bracht (1997), ao discutir a relação entre corpo e ideologia no processo de colonização.

A dimensão lúdica também estava presente nessas práticas, embora fossem de certa forma restritas às elites. Jogos de salão, danças típicas europeias e caçadas eram comuns entre os senhores de engenho e militares de alta patente. Essas manifestações relataram a distinção social e reafirmam os valores aristocráticos importados da metrópole. Conforme apontado por Castellani Filho (1998), a Educação Física deve ser compreendida em uma construção histórica permeada por disputas de poder e representações simbólicas como se observa nesses momentos de prática corporal. A compreensão dessas práticas nos permite refletir sobre a construção das bases da Educação Física no Brasil profundamente marcada por essa lógica colonial eurocêntrica e funcional.

3.1.1 A Educação Física no período Brasil Império

O desenvolvimento da Educação Física no Brasil teve início no final do período Colonial e começo do período Brasil Império, especialmente a partir da segunda metade deste século. Entendemos como período imperial a data de 7 de setembro de 1822, com a Independência do Brasil, até 15 de novembro de 1889, quando foi proclamada a República, segundo consta na Carta e documentos relativos ao Príncipe Real - presente nos acervos do Arquivo Nacional, que se encontra localizado no Rio de Janeiro (Brasil, 2018). Foi nesse mesmo período que surgiu o tratado de Educação Física.

O livro *“Tratado da educação física e moral dos meninos de ambos os sexos”*, traduzido pelo autor Luiz Carlos Moniz Barreto, no ano de M. DCC. LXXXVII M (1787), do francês em linguagem portuguesa, e oferecido ao Senhor José de Seabra da Silva e a Senhora D. Anna Felicia Coutinho Pereira de Sousa Ferreira. A obra de Barreto foi utilizada no território brasileiro como referência no assunto educacional, esta circulação pode ser reafirmada por Soeiro (2003) onde menciona que a obra “Tratado de Educação Física e Moral do meninos de ambos os sexos” de Luiz Carlos Muniz Barreto, publicada em 1787 foi lançada em Portugal e trazidas para o Brasil. Além da circulação, sabemos que existe um exemplar da edição original (1787) na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM-USP), em São Paulo.

Esse tratado mencionava que a educação englobava a saúde do corpo, do espírito e que o exercício físico deveria ser dividido em categorias. De acordo com Barreto (1787) as categorias poderiam ser estabelecidas em: os que exercitam o corpo; e os que exercitam a memória. Além disso, esse tratado entendia a educação moral como coadjuvante da Educação Física e vice-versa. O livro evidencia uma concepção de Educação Física voltada à formação integral do indivíduo, desenvolvendo o corpo e também o intelecto. Esta obra configura-se como um dos primeiros registros em território brasileiros ao abordar sistematicamente a importância da Educação Física dentro de um projeto pedagógico voltado para uma formação que desenvolvesse o intelecto e o corpo.

Entre os diversos conteúdos apresentados no tratado, a dança ocupava um lugar de destaque, não apenas como expressão artística ou manifestação cultural, mas como instrumento pedagógico voltado para o desenvolvimento físico, moral e social das crianças. Nesse contexto a disciplina (práticas consistentes de ações que reforçam a autodisciplina) era concebida não como uma prática corporal, mas como um meio pedagógico de educação, desenvolvendo-se por meio de atividades como a dança e a esgrima as quais cumpriam funções educacionais e específicas:

A dança é um exercício que todas as crianças apreciam; mas tem princípios sólidos, que devem ser aperfeiçoados com o tempo. Essa arte confere a todos os movimentos corporais uma graça que a natureza raramente concede: fortalece o corpo, tornando seus movimentos mais leves e flexíveis. Ao forçar a criança a ficar em pé, o peito e os ombros fortes adotam uma

postura menos violenta, mais favorável à dança (Barreto, M. DCC. LXXXVII, p. 194).¹

As lições de dança eram realizadas em um espaço de um ano, no inverno todos os dias; no verão somente três vezes por semana. Os pais deveriam escolher para seus filhos um bom mestre que os ensinasse as verdadeiras graças, livres de todos aqueles trejeitos que são aos dançarinos de profissão e de todos aqueles movimentos espalhafatosos os quais não serviam para expressar paixões, que por muito tempo deveriam ser ignoradas pelos meninos bem criados. As aulas em questão tinham duração de uma hora na qual eram realizadas no inverno no horário do recreio da tarde e no verão, nos dias destinados ao estudo do desenho (Moraes, M. DCC. LXXXVII). As instruções trazidas pelo tratado, passa a visão de que a dança não possuía uma notoriedade, pois a mesma não tinha um horário determinado como por exemplo as aulas de cálculo possuíam. Neste sentido, o mesmo cabia às aulas de desenho.

A dança era entendida como uma atividade corporal que ultrapassava o mero entretenimento, ela deveria ser orientada pedagogicamente, inserida no currículo escolar com critérios técnicos e finalidades formativas. A defesa da dança fundamentava-se na crença de que o corpo ao ser educado em harmonia com os princípios morais e sociais contribuiria diretamente para a formação de um cidadão virtuoso:

Nos diferentes períodos da educação, cujos detalhes tratei, recomendei o exercício da Dança e o das Armas: nenhum toucado embeleza melhor o corpo de um jovem; nenhum toucado pode dar mais graça a todas as suas posturas, a todos os seus movimentos; nenhum toucado, numa palavra, é mais capaz de infundir em tudo do que o fogo uma confiança varonil que, à primeira vista, atrai a benevolência (Barreto, M. DCC. LXXXVII. p. 319).²

¹ A Dança hé hum exercicio do gofto de todos os meninos; mas têm feus principios, e hé necclTario enfinar-lhos a tempo. Elfa Arte da a todos os movimentos do corpo graças, que a Naturêza por fi fô raras vezes lhes communica: elía fortifica o corpo, faz-lhe rodas as polfuras mítis leves, e mais defembaraçadas. Obrigando hum menino a eifar direito, o feu peito, e as fuas efpaduas tomaõ huma fituaçaõ menos violenta, e cor confequencia mais favoravel á faude (Brreto, M. DCC. LXXXVII. p.194).

² Em as differentes épocas da educação cujas miudêzas tenho abarcado, recomendei o exercicio da Dança, e o das Armas: nenhuma coufa aformozêa melhor o corpo de hum mancebo; nenhuma coufa póde dar mais graça a todas as fuas pofturas, a todos os feus movimentos; nenhuma coufa, n' huma

Nesse sentido a dança era valorizada por sua capacidade de desenvolver a coordenação motora, a postura, o ritmo e, sobretudo, a sociabilidade, uma vez que exigia disciplina, respeito mútuo e convivência em grupo.

Salientamos que Barreto estabelecia distinções quanto aos tipos de dança admissíveis no contexto escolar. As danças "honestas e moderadas", que promoviam o decoro e respeitavam os limites da moralidade vigente na sociedade oitocentista, como a valsa, eram consideradas adequadas para ambos os sexos (Barreto, M. DCC. LXXXVII). Tal preocupação revela o compromisso do autor com os valores da época, especialmente no que tange à formação das meninas cuja educação corporal deveria ser orientada por princípios de recato e graciosidade. A dança nesse cenário funcionava também como instrumento de controle social modificando comportamentos e reforçando papéis de gênero socialmente aceitos.

Do ponto de vista da Educação Física atual esta abordagem pode ser vista como precursora de uma concepção ampliada da corporeidade, ainda que limitada pelos valores morais daquele tempo. Esta proposta antecipava, de certa forma, discussões atuais sobre a importância das práticas corporais no processo educativo ao reconhecer na dança um meio legítimo para a formação integral do sujeito. Ao incluir a dança no escopo das atividades educativas, o autor contribuiu para a valorização de uma prática historicamente marginalizada, oferecendo argumentos pedagógicos que ainda hoje ressalvam no debate sobre a educação do corpo.

Por fim, a presença da dança no tratado reflete uma concepção de Educação Física comprometida com a formação de sujeitos ativos, equilibrados e socialmente integrados. A obra é uma referência importante para os estudos históricos da Educação Física brasileira.

Na mesma obra, identifica-se além da dança, a importância da esgrima como meio de educar o sujeito nesse período. A esgrima era entendida como a "Arte das Armas". Ainda durante a Antiguidade, esta arte era reconhecida, a prática de lutar com espadas era tanto uma necessidade para a guerra quanto uma arte marcial que podia

palavra 5 hé mais capás de infundir fobre todo do o feu ár huma varonil confiança, a qual, fó á primeira vifta attrahc a benevolência (Barreto, M. DCC. LXXXVII. p.319).

ser treinada, até mesmo entre as nações mais guerreiras. O furor dos duelos que por muito tempo foram motivos de tormentas, foi introduzido e apadrinhado por eles:

Quanto ao manejo das armas, e especialmente o da espada e seu desembainhamento, seria muito arriscado não ensiná-lo a um jovem português decidido a viver entre os portugueses; parece-me mesmo que seria necessário aperfeiçoá-lo com a maior dificuldade na Arte, antes de expô-lo a frequentar as comunidades. Ao colocar-lhe a espada na mão, devo repetir-lhe muitas vezes que a ciência e a astúcia que pretendo nele refinar não devem nele transbordar novamente, em caso de legítima defesa, seja da sua honra, seja da sua vida (Barreto, M. DCC. LXXXVII, p. 310).³

Esta arte poderia gerar consequências indesejadas e por isso algumas medidas deveriam ser tomadas. O aluno que fosse inserido na arte do manejo de armas deveria ser treinado por um bom mestre, de preferência sobre a presença de seu pai, de sua mãe e de todos os irmãos sem a distinção de idade ou sexo. Ao iniciante também era solicitado que ficasse longe dos locais de duelos, para que ele não fosse influenciado pelas más companhias que o frequentavam. A esgrima deveria formar homens de bens e não provocadores de brigas repletos de ignorância. As mulheres por sua vez, deviam aprender a teoria dessa arte, deste modo, saberiam escolher corretamente os mestres de seus futuros filhos, com isso identificar se o ensino ocorrerá como deveria (Barreto, DCC. LXXXVI).

O tratado não foi apenas um referencial teórico, ele teve um impacto social significativo ao contribuir para a valorização da Educação Física, sendo o primeiro documento a abordar o desenvolvimento físico e intelectual de maneira unificada. Apesar da relevância do tratado no direcionamento da Educação Física no Brasil, é possível identificar alguns pontos falhos nas recomendações educacionais daquele período. A questão de gênero, na qual ambos os sexos podiam ter acesso à educação, mas somente os meninos podiam realizar as práticas, as meninas deveriam apenas

³ Quanto ao manejo das armas, e principalmente o da eípada, e do traçado, ferá muito arrifcado naõ o eníinar a hum mancêbo Português deftinado a viver entre Portuguêses; até m eparêce, que íerá precifo aperfeiçoalo com o maior difvello neíla Arte, antes de o expor a frequentar as lociedades. Metendo-íe-lhe o efpadim na mão, hc precifo repetirlhe muitas vêzes, que a fciencia, e a manha que fe lhe intenta enfinar, nunca já mais lhe devem fervir , feiiao no cafo de huma legitima defenfa, ou da fua honra, ou da fua vida (Barreto, M. DCC. LXXXVII. p.310).

participar de forma atenta. Pode-se destacar a ausência de indicações, como por exemplo das danças (estilos) que era permitido trabalhar nas aulas, visto que, danças ou movimentos espalhafatosos não eram bem vistos. Em um discorrimento crítico, o tratado pode ser considerado não apenas um documento importante para a Educação Física.

Essa associação se sustenta quando analisamos como certos discursos e práticas corporais, historicamente valorizados como os métodos ginásticos europeus dos séculos XVIII e XIX influenciaram a construção da identidade da Educação Física no Brasil, no entanto uma análise mais aprofundada de sua trajetória revela que outros elementos também contribuíram significativamente para a confirmação dessa área do conhecimento notadamente os movimentos esportivos e práticas corporais diversas:

A partir do ano de 1800 vão surgindo na Europa, em diferentes regiões, formas distintas de encarar os exercícios físicos. Essas 'formas' receberão o nome de "métodos ginásticos" (ou escolas) e correspondem aos quatro países que deram origem às primeiras sistematizações sobre a ginástica nas sociedades burguesas: a Alemanha, a Suécia, a França e a Inglaterra (que teve um caráter muito particular desenvolvendo de modo mais acentuado o esporte) (Soares, 1994. p. 51).

A ginástica foi considerada a partir de então científica, desempenhando importantes funções na sociedade industrial ela se apresentou como um meio de corrigir vícios posturais oriundos das atitudes adotadas durante o trabalho, sendo vinculada, portanto a medicina, e deste modo conquistou status dentro da sociedade. De acordo com Soares (1994) essas escolas de modo geral possuíam a finalidade de promover a regeneração da raça, a saúde, desenvolver a moral entre outros aspectos essenciais. No entanto a proposta da ginástica, não se orientava pelo tratado, a ginástica trabalhava o homem em detrimento da pátria, era necessária a obtenção de corpos fortes, enquanto o tratado almejava desenvolver a ética, moral e postura.

De acordo com Cunha Júnior (2008), apenas em 1841, foi realizada a contratação do primeiro Mestre de Gymnastica, Guilherme Luiz de Taube. O processo de contratação de Taube iniciou com o envio de uma carta por ele para o Ministério do Império, na carta, Taube mencionava sua vontade em introduzir e ensinar os movimentos da ginástica, como mostra a passagem a seguir:

Senhor, aos pés do Throno Imperial de V. M. vêm submissasse o cidadão Brasileiro, ex-Capitão do Exercito Imperial por Decreto de 24 de Novembro de 1830, supplicar uma graça. O Supple . é casado no Brasil, têm uma numerosissima familia, e vive na maior miseria, que se pode imaginar. Já a Camara dos Senhes. Deputados Geraés approvão uma resolução em posse do Suppe . auctorisando o Governo á emprega-lo, e sendo ella enviada p.a o Senado, este ramo do Poder Legislativo remetteu-a pa o Governo Imperial em 1837, submettendo á V.M p.a tomar a providencia, que julgásse conveniente, e até agora nem-uma têm sido tomada: o estado de miseria do Supp.e o tem obrigádo a andar ora a servir de feitor, ora de caixeiro, ora á empregar-se em todos os officios. N'este estádo vêm elle offerecer-se a V.M.I. p.a para introduzir e ensinar no Collegio, que tomou o glorioso nome de V.M., exercicios gymnasticos aos estudantes. Estes exercicios são reccommendados pela Revista Medica como meios de utilidade para a mocidade: estes exercicios são adoptados em todos os Collegios e Lyceos da Europa, como meios de desenvolver as forças do corpo, e tambem as d'alma. É um meio, que ao Supp.e resta p.a viver, e manter-se; é o pão que pede a V.M.I. para sua infeliz familia, e V.M.I. se dignará acolher seus queixames (Silva, 1841).

A carta enviada por Taube não mencionava apenas sua vontade em ministrar aulas de ginástica, mas também a sua real necessidade em trabalhar para suprir as suas demandas. Por outro lado, podemos observar que a educação do corpo se encontrava presente, quando o autor menciona a utilização dos exercícios físicos para desenvolvimento do corpo e da alma. No entanto, a Educação Física nas escolas iniciou oficialmente apenas em 1851, mas foi apenas em 1854 que foi expedido sua regulamentação.

Por volta da década de 1850 a preocupação com a formação do indivíduo começou a incluir a dimensão corporal, com isso a "Educação Física" começou a ser usada com mais frequência no contexto educacional por meio dos movimentos gymnsticos. Uma das primeiras manifestações da Educação Física Escolar no Brasil foi “[...] no ano de 1854, foi feita a Reforma Couto Ferraz, a qual tornou obrigatória a Educação Física nas escolas do município da Corte [...]” (Gomes, 2010, p. 165). A Reforma Couto Ferraz pode ser comprovada por meio do Decreto Nº 1.331-A, de 17 de Fevereiro de 1854 exposto no site oficial da Câmara dos Deputados. O decreto

corresponde à aprovação do regulamento de 1851 para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Côrte:

Hei por bem, na conformidade do artigo 1º do Decreto nº 630 de 17 de Setembro de 1851, Approvar o Regulamento para a reforma do ensino primario e secundario do Município da Côrte, que com este baixa, assignado por Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezeseite de Fevereiro de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio. Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador. Luiz Pedreira do Coutto Ferraz (Brasil, 1854).

O decreto promulgado durante o Império do Brasil sobre o governo de Dom Pedro II foi um marco normativo essencial para a consolidação da instituição pública no país, esse decreto instituiu as bases do ensino primário e secundário com o objetivo de organizar e regulamentar a educação pública, gratuita e leiga. Uma de suas inovações mais notáveis foi a tentativa de estruturar um sistema educacional que atendesse às necessidades de formação do cidadão, ainda que de forma elitista e excludente quanto ao acesso pleno de todas as classes sociais.

No que se refere a exercícios gymnasticos, ele estabeleceu diretrizes gerais para o ensino que futuramente influenciaram a inserção das práticas corporais nos currículos escolares. A valorização da formação do indivíduo, mesmo que de maneira incipiente, abre espaço para que ao longo dos anos, a Educação Física seja compreendida como parte do desenvolvimento físico, moral e intelectual dos estudantes. Essa perspectiva se alinha aos ideais de formação integral do ser humano, um dos pilares da Educação Física enquanto área acadêmica e pedagógica:

Art. 47. O ensino primário nas escolas públicas compreende: [...] A geometria elementar, agrimensura, desenho linear, noções de música e exercícios de canto, gymnastica, e hum estudo mais desenvolvido do systema de pesos e medidas, não só do municipio da Côrte, como das provincias do Império [...]. (Brasil, 1854, p. 45).

O decreto representa uma peça fundamental na história da educação brasileira, para os profissionais da Educação Física, compreender esse documento é essencial, pois ele irá contextualizar historicamente o espaço da disciplina nas escolas e

contribuir para uma leitura crítica sobre os avanços e retrocessos na construção de uma educação verdadeiramente democrática. Assim, estudar esse decreto é também refletir sobre o papel do professor de Educação Física na formação cidadã.

Mesmo a Educação Física se tornando obrigatória os pais não conseguiam aceitá-la, eles preferiam ver seus filhos envolvidos com atividades que fossem intelectuais: Castellani Filho (2008) ressalta que a Educação Física enfrentou obstáculos, pois a elite a relacionava com o trabalho manual e físico, tido como inferior ao intelectual. Com a reforma da instituição pública primária e secundária em todo o Império realizada por Carlos Leôncio de Carvalho por meio do Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, que em seu Art. 4º destacou que o ensino primário constaria as disciplinas de:

Instrução moral. Instrução religiosa. Leitura. Escripta. Noções de cousas. Noções essenciaes de grammática. Princípios elementares de arithmética. Systema legal de pesos e medidas. Noções de história e geographia do Brazil. Elementos de desenho linear. Rudimentos de música[...]. Gymnastica. [...] O ensino nas escolas do 2º gráo [...] das disciplinas ensinadas nas do 1º gráo e mais das seguintes: Princípios elementares de álgebra e geometria. Noções de physica, chimica e história natural [...] Noções geraes dos deveres do homem e do cidadão [...] Noções de lavoura e horticultura. Noções de economia social [...]. Noções de economia doméstica [...] Prática manual de officios [...]. (Brasil, 1879, p. 196).

Este decreto deu origem a carta de Rui Barbosa de Oliveira – Reforma do Ensino Primário e várias Instituições Complementares da Instrução Pública – A proposta de Rui Barbosa em 1882, representou um marco fundamental no pensamento educacional brasileiro. Atento aos avanços pedagógicos europeus e norte-americanos, propôs uma reestruturação do ensino primário baseada em princípios democráticos laicos e científicos. Sua proposta valorizava a formação integral da criança incorporando à educação pública uma concepção que ultrapassava o simples ensino da leitura, escrita e cálculo integrando também práticas corporais e princípios de saúde, o que dialoga com fundamentos da Educação Física escolar.

Salienta-se que o foco central de suas formulações estava voltado para propostas de modernização do Estado brasileiro, com o objetivo de transformar a economia até então majoritariamente agrária em um modelo industrial moderno que impulsionasse o desenvolvimento nacional (Machado; Araújo, 2005). Rui Barbosa

defendeu o papel do Estado na universalização da educação do jardim de infância até o contexto universitário. Para Cavalcante, Bungenstab e Filho (2020) seu objetivo era oferecer acesso educacional à todas às camadas da sociedade.

É fundamental reconhecer que Rui Barbosa, mesmo não sendo um educador físico, antevia a importância da formação física no processo educacional. Em sua reforma, ele recomendava a inclusão de exercícios físicos e jogos como parte do currículo, compreendendo que o desenvolvimento motor e corporal contribuiu para a formação moral, social e intelectual dos estudantes. Tal perspectiva já apontava para uma visão holística da educação que hoje é defendida por pesquisadores da Educação Física escolar como promotora de saúde, cidadania e aprendizagem significativa. Rui Barbosa, ressalta que toda a reforma sincera, em matéria escolar dependia de três modificações cardeais no organismo do ensino, desde o primeiro momento de sua existência, desde a manifestação mais elementar da sua função educadora: a introdução na escola da cultura física, da cultura científica e da cultura artística. Ele acreditava que "Não há crianças (salvo as paralíticas ou as idiotas) que não possa e não deva, imprescindivelmente exercitar na escola a ginástica, aprender o desenho e conhecer os fatos capitais da natureza visível" (Barbosa, 1882. p. 163).

A proposta de Rui Barbosa (1882) também previa a criação de instruções complementares a escola primária, como bibliotecas, jardins da infância, escolas normais e escolas noturnas para adultos demonstrando o seu compromisso com uma educação inclusiva e permanente. Essa concepção amplia o campo de atuação dos profissionais da Educação Física, que devem compreender a escola como um espaço de convivência, formação e desenvolvimento humano para além do rendimento esportivo. Nesse sentido, a reforma permanece inspiradora para os debates atuais sobre políticas públicas educacionais e o papel da Educação Física na escola.

Durante esse processo histórico, os estudos realizados por Castellani Filho (2008), mostram que a Educação Física teve sua origem marcada por instituições militares fundamentadas em princípios positivistas responsáveis por fortalecer a ideologia em desenvolvimento no país. Isso reflete a importância da medicina social higiênica para a formação de uma nova sociedade:

O envolvimento dos higienistas com a educação escolar se deu, portanto, dentro de um quadro de compreensão desta como sendo uma extensão da educação familiar. Tratava-se, na verdade, de mostrar que a nefasta ação dos pais na educação

de seus filhos não encerrava no ambiente familiar. Pelo contrário, ao exercitarem nos pais, o 'ideal' de educação que almejavam aos seus filhos, influíam na forma de organização escolar, na definição das linhas pedagógicas a serem adotadas (Castellani Filho, 2008, p. 45- 46).

O movimento higienista entendia que a escola é uma prolongação da família no processo educativo, desta forma, os valores, os comportamentos, os hábitos de higiene, deveriam ser ressaltados no contexto escolar. Deste modo, a Educação Física foi instrumentalizada como um espaço de intervenção no corpo, pois, o corpo precisava ser educado, e assim seria produtivo, saudável e disciplinado.

Na metade do século XIX o discurso higienista passou a influenciar as ações dos legisladores e dirigentes responsáveis pela instituição pública no Brasil, principalmente a respeito da organização do espaço escolar no país. De acordo com Gomes (2010) durante o regime do imperador Pedro II a Educação Física estava vinculada às instituições militares, ela era vista como à educação do físico, ela almejava a ordem e o progresso. Ou seja, neste período era importante formar indivíduos fortes e saudáveis que pudessem defender a pátria e seus ideais. A disciplina de Educação Física foi oficialmente incluída nos currículos escolares por meio de reformas no sistema educacional brasileiro especialmente nos colégios militares e depois nas escolas públicas e privadas.

A Educação Física foi mencionada como práticas educativas pelas Instituições Pública e Federais de Educação Profissional obtendo lugar de respeito apenas em 1937, “[...] uma vez que era a disciplina, do núcleo comum, com maiores recursos com relação a espaço físico e material didático-pedagógico e a disciplina que mais realiza atividades extraclasse” (Gomes, 2010, p. 165). Em muitos momentos a Educação Física foi utilizada para fins políticos, “[...] ora para desviar a atenção da população de alguns fatos, ora para formar atletas para divulgação do país internacionalmente” (Gomes, 2010, p. 165).

Em resumo, um dos objetivos do ensino popular era a preparação das pessoas para atuar em defesa da pátria. Por isso, a exclusão dos exercícios militares em um plano de reorganização do ensino popular era considerada uma falha imperdoável, já que esses exercícios seriam um meio de incorporar nos hábitos da juventude os fundamentos da defesa nacional (Barbosa, 1947, p. 97). Rui Barbosa tomou como exemplo as nações modernas, que vinham pregando esta necessidade por toda a

Europa. "Todas as nações que estão na vanguarda da civilização moderna já reconheceram isso, estabelecendo que a escola deve ser a primeira a iniciar o cidadão nas dificuldades da arte que o preparará para a defesa da pátria" (Barbosa, 1947, p. 91).

Nas passagens apresentadas por Rui Barbosa, pode-se entender que apesar de sua importância no cenário educacional a Educação Física apresentada por ele surge por meio de preocupação em volta da defesa da pátria, por outros países já estarem preparando suas populações. Essa ênfase nos exercícios militares têm origem, sobretudo, em um contexto marcado por conflitos políticos e guerras, que provocavam tensões em nível global (Martin, 2009). Diante deste cenário, vários países passaram a defender a inserção dessas práticas nas escolas, com o objetivo de formar soldados desde a juventude.

Até o final do período imperial no Brasil, é possível observar que a Educação Física, enquanto componente curricular, percorreu um longo caminho até alcançar reconhecimento científico em sua estrutura e função social. Durante esse processo a disciplina esteve distante de um formato consolidado sendo constantemente moldado por interesses externos ao campo educacional.

Verifica-se que sua trajetória histórica foi fortemente influenciada por diretrizes de cunho político e militar. Esses direcionamentos passaram a nortear os modelos de Educação Física implementados nas instituições de ensino, refletindo uma concepção voltada à formação do corpo disciplinado alinhada aos ideais de ordem e progresso vigentes na época. Tal influência repercutiu significativamente na forma como a disciplina seria disponibilizada à sociedade nas décadas subsequentes. Tal afirmação pode ser reafirmada na fala de Valter Bracht (1999) ao dizer que a instalação dessa prática pedagógica na instituição escolar emergente dos séculos XVIII e XIX, foi sim influenciada pela instituição militar e pela medicina.

3.1.2 Brasil República Velha e a Educação Física (1889–1930)

Pode-se compreender como período da República Velha o espaço temporal que se inicia no século XIX e se estende ao final do século XX. De acordo com Soares (2012) esse marco pode ser dividido em dois momentos, o primeiro envolve o ano de

1890 até a Revolução de 1930, marcada pela posse de Getúlio Vargas, a segunda fase, configura o período de 1930 até 1946:

A Revolução de 1930 foi mais do que um conflito armado. Foi um momento de ruptura que ressoou profundamente na história do Brasil. A deposição do presidente Washington Luís, em 24 de outubro daquele ano, marcou o fim da República Velha e da “política do café com leite” (1889-1930) e deixou uma marca indelével na trajetória política do país. Esse movimento revolucionário, nascido do descontentamento popular e impulsionado pela crise econômica de 1929, teve como protagonistas os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, unidos sob a bandeira da Aliança Liberal, liderada por Getúlio Vargas (TJSC, s/d).

A partir de 1920 o país foi marcado por interesses educacionais de alguns estados da Federação como o Rio de Janeiro. De acordo com Betti (1991) eles deram início a realização das suas reformas educacionais e começaram a incluir a Ginástica na escola.

Com o objetivo de sistematizar a prática da ginástica no contexto escolar brasileiro, desenvolveram-se os chamados método ginásticos também denominados método gênicos, esses métodos foram influenciados pelas tradições pedagógicas das escolas sueca, alemã e francesa, as quais delinearam modelos específicos de aplicação da atividade física nas instituições de ensino. Dos métodos valorizaram o exercício físico como instrumento de formação disciplinar, organizando a partir de princípios científicos e pedagógicos voltados para a normatização dos corpos e comportamentos conforme os interesses políticos (Darido e Rangel, 2005). Neste contexto, a Educação Física escolar passou a ser concebida sobre perspectivas eugênicas higienistas e militaristas. O higienismo atribuiu ao exercício físico um papel fundamental na promoção e manutenção da saúde física e moral dos indivíduos sendo compreendido como um meio de prevenção de doenças e correção de desvios de conduta.

Para compreender a importância da Educação Física higienista é preciso entender que nesse período a necessidade de mão de obra operária foi um dos fatores que fizeram surgir a importância de se trabalhar o físico, principalmente a dos trabalhadores, de modo que não os fizessem ficar doentes e assim perderem dias de trabalho. “A instalação de uma fábrica provoca a criação de uma cidade ao seu redor.

Isso acontecia porque no começo da era industrial se necessitava de muita mão-de-obra para a produção” (Dallari, 1987, p. 9). Em virtude da escassez de mão de obra para o trabalho industrial, nasceu a necessidade de cuidar da saúde dos trabalhadores, para que assim eles não ficassem doentes e não deixassem de trabalhar: “[...] as doenças eram epidêmicas, os cidadãos por estarem relativamente próximos, acabavam, portanto, sendo atingidos pelas mesmas doenças do operariado (Dallari, 1987, p. 8 – 9).

A Educação Física higienista esteve profundamente articulada aos ideais de saúde pública, ordem social e moralização dos corpos. Apesar de seus indícios durante do século XVIII, a função higienista foi aceita na sociedade apenas no século XIX como afirma Foucault (2006):

A Medicina social socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto produção e força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não opera simplesmente pela consciência ou pela biologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política (Foucault, 2006, p. 80).

No Brasil a medicina social passava a visão de que a intervenção médica não era suficiente, os discursos se direcionaram para um atendimento em sociedade, de modo que ocorresse uma mudança de hábitos e valores. Esta medida adotada pela medicina apresentada por Foucault buscou realizar uma assepsia no meio físico e, “[...] ao mesmo tempo buscando dar a família da época uma Educação Física, moral, intelectual e sexual, empregados principalmente na Europa do século XIX [...]” (Milagres; Silva; Kowalski, 2018, p. 6). Os médicos higienistas acreditavam ser a falta desses valores a justificativa do porquê as classes populares viverem mal.

Os discursos por parte dos médicos, passaram a intensificar a importância da Educação Física na luta pela higiene: “As ideias higienistas estavam presentes em discursos de diversas áreas da sociedade, muitos deles sustentados a partir de uma educação do físico dentro de um sistema industrial” (Milagres; Silva; Kowalski, 2018, p. 6). A chamada Educação Física higienista surge em um contexto de urbanização, acelerada industrialização e crescimento desordenado da cidade, fenômenos que

contribuíram para o surgimento de preocupações com a saúde coletiva e a degeneração física da população.

Conforme aponta Barbosa (2011), no contexto do sistema econômico industrial, tanto as fábricas quanto as escolas foram estruturadas com o objetivo de controlar os corpos moldando-os como força produtiva, esses espaços institucionais operavam por meio da constituição de micropoderes, mecanismos sutis de vigilância e normalização que detém o direito de punir avaliar e disciplinar os indivíduos de modo a garantir sua conformidade com os padrões estabelecidos. Nesse cenário, a Educação Física passa a ocupar um lugar estratégico dentro das práticas higienistas sendo incorporada como instrumento de regulação corporal. “Com a Revolução Industrial surge “o novo homem”, “saudável e forte”, e isto deveria ocorrer em todas as instâncias, no campo, nas fábricas, nas famílias e nas escolas” (Milagres; Silva; Kowalski, 2018, p.8).

Esta fase emergiu também na época da criação das leis abolicionistas, onde, os negros, recém libertos, se deslocaram para as cidades em busca de trabalho, e encontravam as péssimas condições de trabalho, moradia e a falta de saneamento básico que eram propícias ao surgimento de doenças no período industrial. Neste momento, a escola passa a ter um papel de fundamental importância para disseminar hábitos de higiene, e a Educação Física como a disciplina que melhor aborda essas questões em um contexto amplo de abordagens. A Educação Física higienista aborda muito mais do que o aspecto saúde, ela surge por meio de uma necessidade que preocupava a sociedade brasileira. Ela surge como uma solução para corrigir os malefícios que estavam acontecendo com a população durante a industrialização.

Sua intenção nas instituições escolares visava não apenas a promoção da saúde e de aprendizagem, mas também ao reforço dos mecanismos de recompensa por desempenho e esforço, contribuindo, assim, para a manutenção da ordem e da produtividade exigidas pelo modelo socioeconômico da época. A Educação Física passou a desempenhar um papel significativo dentro do cenário econômico, uma vez que sua função de disciplinar e preparar os corpos para o trabalho atendia diretamente as demandas do modelo produtivo vigente. Essa relevância possibilitou que a área ganhasse força nas instituições escolares, consolidando-se como parte dos dispositivos de controle e normalização social. Com isso suas práticas foram sendo constantemente aperfeiçoadas tanto em termos de técnicas quanto de métodos,

especialmente ao longo do século XIX e XX, acompanhando as transformações sociais e os discursos higienistas da época (Barbosa, 2010).

Apesar de seu caráter conservador e biologizante, o modelo higienista foi fundamental para a consolidação da Educação Física como disciplina escolar obrigatória, tendo sido incorporado às primeiras legislações educacionais brasileiras, com o Decreto nº 1.331, publicado em 17 de fevereiro de 1854 que recomendava a ginástica nas escolas primárias do Império, e posteriormente no início da República (Câmara dos deputados 1854). De encontro a esta afirmação, Caparroz (2005) afirma que a função da Educação Física higienista foi derivada da influência médica e biológica, na verdade, já datava desde o período do Império.

Este período foi marcado pela sistematização da Ginástica Corporal, seu objetivo era educar o corpo em função da sociedade industrial da época: “[...] a ginástica era tida como uma arma de qualidade a serviço do povo, pois era necessária sua prática aliada a hábitos higiênicos [...]” (Milagres; Silva; Kowalski, 201, p. 8). Surgem então, quatro principais escolas, a Inglesa, a Alemã, a Sueca e a Francesa, que de acordo com Perdomo (2011), os três últimos destinados a ginástica, o primeiro aos esportes.

No Brasil, os métodos foram implantados e apropriados conforme suas representações e seus espaços: “No início do século XX, o Método de Ginástica Alemão se estabeleceu no país” (Milagres; Silva; Kowalski, 2018, p.7). Este método não teve sucesso nas escolas pois os brasileiros não a consideravam como o mais adequado, apesar do adestramento físico e sua relação com a recuperação da moral e do patriotismo. Para Perdomo (2011) e Goellner (1992), o método alemão esteve diretamente ligado às instituições militares e às escolas de Educação Física.

O modelo de ginástica sueco propôs quatro versões de ginástica, cada uma voltada a um objetivo específico, a ginástica pedagógica, voltada ao desenvolvimento físico livre de vícios, defeitos e enfermidades. A ginástica militar, que incorporava exercícios de tiro e esgrima. A ginástica médica, com exercícios específicos para tratar enfermidades e a ginástica estética, é caracterizada por movimentos suaves e danças. O modelo Sueco “[...] visava extirpar os vícios da sociedade e criar indivíduos fortes, saudáveis e livres de tais vícios” (Milagres; Silva; Kowalski, 2018, p.7). O método sueco também deu origem a ginástica calistênica, de acordo com Moreno (2015) esta

modalidade consiste em exercícios localizados para cada grupamento muscular, predominando na atualidade.

O método Francês proporcionava o desenvolvimento físico e moral da população brasileira, desenvolvendo a economia do país. O modelo Francês foi empregado nas escolas em 1929 pelas forças militares. De acordo com Ghiraldelli Júnior (1998) a ginástica antes de qualquer coisa não deveria apenas ser praticada mas sim realizada de uma maneira que fosse capaz de disciplinar os hábitos das pessoas no sentido de levá-las a se afastarem de práticas capazes de provocar a deterioração da saúde e da moral que poderiam comprometer a vida coletiva.

Entende-se que o período higienista serviu para mostrar a importância da Educação Física em diferentes instâncias, na saúde, na área escolar, e principalmente no contexto social com participação efetiva na construção de pessoas saudáveis, fortes e patriotas. Assim a perspectiva da Educação Física e higienista de acordo com Ghiraldelli Júnior (1998) vislumbrava a possibilidade e a necessidade de resolver problemas de saúde pública por meio da Educação. No entanto, a concepção histórica discutida por Soares (2004), o professor de Educação Física era visto como um auxiliar do médico, com atuação limitada à execução de tarefas pré-definidas. Nesse contexto, como destaca Caparroz (2005), sua formação enfatizava conhecimentos anatômicos, fisiológicos e higiênicos, com o objetivo de preparar os corpos para o trabalho, reforçando uma lógica produtivista.

Por volta de 1930, não há uma ruptura brusca, mas sim uma sobreposição. O modelo higienista começa a perder força quando a preocupação com o corpo saudável se junta à ideia do corpo disciplinado e útil à nação. Com o início da tendência militarista, o principal objetivo da Educação Física era desenvolver o corpo para futuras guerras. O militarismo direcionava a prática corporal para a preparação física do sujeito com vistas ao combate e a defesa da pátria aliando-se aos ideais de disciplina, força e obediência próprios da lógica militar vigente na época. Não podemos confundir a Educação Física militarista com a Educação Física militar pois de acordo com o Ghiraldelli Júnior (1998):

Apesar de, no caso concreto ambas estabelecerem ligações a educação física militar não se resume numa prática militar de preparo físico. É, acima disso, uma concepção que visa impor a toda a sociedade padrões de comportamento estereotipados

fruto da conduta disciplinar própria ao regime (Ghiraldelli Júnior,1998, p.18).

Assim como a Educação Física higienista, a Educação Física militarista também se preocupava seriamente com a saúde individual e com a saúde pública, no entanto o seu objetivo principal era a obtenção de uma juventude que fosse capaz de suportar o combate e principalmente futuras guerras. Cabia à Educação Física o papel de "[...] colaboração no processo de seleção natural", eliminando os fracos e permeando os fortes, no sentido da depuração da raça" (Ghiraldelli Júnior,1998. p.18). Ou seja, a ginástica durante o período da Educação Física militarista só teria utilidade se fosse capaz de eliminar os incapacitados fisicamente, contribuindo para uma maximização da força. Ao contrário da Educação Física higienista, a militarista buscava a formação do cidadão soldado que fosse capaz de obedecer cegamente e servir como exemplo para o restante da juventude pela sua bravura e coragem (Ghiraldelli Júnior, 1998).

Essa ampla inserção leva a refletir sobre o momento histórico em que se iniciou de forma efetiva, a formação de educadores físicos no Brasil, visto que a Educação Física higienista era desenvolvida por médicos ou pessoas com experiência em saúde, enquanto a militarista era da responsabilidade das forças militares. Entretanto, identificar com precisão o marco inicial dessa formação apresenta-se como um desafio, em virtude das lacunas documentais e das diferentes interpretações historiográficas. Diante disso, opta-se por adotar como referência os registros oficiais disponíveis em documentos legais legislações educacionais e produções acadêmicas e científicas que tratam do tema, a fim de construir uma narrativa coerente acerca da trajetória da profissionalização no campo da Educação Física.

Desta forma, a Educação Física institucionalizada nas universidades não se limita à reprodução de práticas corporais, mas busca compreendê-las em suas dimensões históricas, sociais, culturais e políticas. Esse processo fortalece a área como campo interdisciplinar e essencial na formação humana.

A compreensão da formação de professores de Educação Física no Brasil exige uma análise do percurso institucional das escolas responsáveis por formar os professores desta área. A seguir, abordamos as primeiras instituições e seus modelos pedagógicos que marcaram a formação em Educação Física no Brasil, destacando as

modificações ocorridas ao longo do tempo e os contextos sociopolíticos que influenciaram a consolidação da área e da formação acadêmica.

4 AS ESCOLAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

Ao longo deste estudo, observa-se que a existência da Educação Física se apresentava ao mundo antes de se apresentar em território brasileiro, mas, ao se apresentar no Brasil, muitos foram os questionamentos em direção à sua necessidade em relação à sociedade. Ela passou por muitos discursos, formativos, higienistas, militaristas, todos os discursos embasados nos meios ginásticos, como destaca (Perdomo, 2011; Caparroz, 2005; Júnior, 1998; Soares, 2004). Ao analisar a história da Educação Física no Brasil, percebe-se que, por vezes, são negligenciadas as vertentes de sua trajetória, ou se esquecem de analisar uma parte muito importante, “o surgimento dos professores” desta área. Para que esta identificação ocorra de maneira eficaz, é necessário estudar o surgimento das universidades responsáveis por formarem educadores aptos a este campo. Nesta linha, esta seção tem por objetivo analisar a formação de professores e identificar de maneira temporal quando se iniciou esse processo.

É preciso entender que ao falar de formação de professores refere-se ao processo de preparação de pessoas que desejam atuar como docentes no meio educacional. Esse processo envolve o desenvolvimento de conhecimentos pedagógicos, científicos e socioculturais, além de competências didáticas para ensinar com qualidade. As investigações sobre a formação docente é um campo relativamente novo. Conforme destaca Nóvoa (2000), apenas no período compreendido entre 1980 e 2000 iniciou-se uma mudança significativa nesse cenário, marcada pela emergência de um discurso voltado à constituição de um professor cuja prática tenha como ponto de partida a reflexão crítica. Essa nova abordagem visa a construção da profissionalidade docente, em contraste com as concepções técnicas anteriormente predominantes.

Embora a formação de professores seja uma preocupação histórica da educação, a consolidação desse tema como campo específico de investigação científica ocorreu principalmente nas últimas décadas do século XX, quando se intensificaram estudos sobre os saberes docentes, a profissionalização do magistério e os processos de formação inicial e continuada (Tardif, 2014). Os autores ressaltam que, atualmente, os processos de formação – inicial, continuada e em serviço – vêm

sendo articulados de maneira integrada, evidenciando uma crescente preocupação com o papel da universidade, da pesquisa e com as demandas emergentes no campo pedagógico.

Na Educação Física a formação profissional teve, inicialmente, uma forte ligação com instituições militares como a Marinha, a Força Pública e o Exército, sendo fundamentada em diferentes métodos ginásticos, como o alemão e o francês. Nesse cenário, as primeiras escolas voltadas para a formação nessa área surgiram nas décadas iniciais do século XX, oferecendo cursos de curta duração destinados, prioritariamente, à preparação de militares.

Um marco fora desse padrão foi o Curso Provisório de Educação Física, realizado em 1929 pelo Exército, que, de forma excepcional, permitiu a participação de civis. Mais tarde, com a fundação da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), no Rio de Janeiro, por meio do Decreto nº 23.252, de 1933, houve novamente a abertura para o ingresso de civis, o que só se consolidou com a posterior criação de instituições específicas voltadas à formação de civis (Benites, Neto, Hunger, 2008).

Ao analisar o processo histórico de formação dos professores de Educação Física é possível identificar marcos fundamentais ocorridos antes de 1929 conforme salientado por autores como Benites, Neto e Hunger (2008). Esses momentos históricos são essenciais para compreender a construção da identidade profissional neste campo, evidenciando que a formação dos educadores não ocorreu de forma isolada, mas sim inserida em um contexto social e político específico.

No Brasil, a trajetória da Educação Física esteve inicialmente associada à esfera militar, que influenciou diretamente a configuração das primeiras escolas de formação conforme aponta (Metzner; Drigo, 2021, p. 2) “No Brasil, o processo inicial de desenvolvimento da Educação Física esteve vinculado à ordem militar. Assim, os primeiros cursos de formação eram voltados prioritariamente para esse grupo específico”. As primeiras escolas de preparação profissional foram criadas durante o século XX no meio militar: “tais como a Escola De Educação Física da Força Pública (1910) e o Centro Militar de Educação Física do Exército (1922), conforme evidenciado por Ferreira Neto (1999).

A primeira localizada no estado de São Paulo, durante o período de 1906 e 1924 o governo do estado de São Paulo contratou uma missão de militares franceses

que seriam responsáveis por instruírem a Polícia Militar em um processo de modernização da instituição. A missão francesa influenciou na organização e na formação do caráter militar. “São frutos da missão francesa a criação da escola de formação de militares e a escola de educação física” (Polícia Militar SP, s/d). A doutrina francesa estava pautada nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade respeitando a dignidade do ser humano e na defesa dos direitos humanos. De acordo com a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) a primeira faculdade de Educação Física foi a Escola de Educação Física da Polícia Militar (EEF/PM) sendo criada no ano de 1910.

Em 03 de março de 1910, foi oficializada a criação de um “Curso de Esgrima e Ginástica” na Força Pública, que pudesse habilitar militares pátrios a ministrar aulas de Educação Física para a tropa. Até então, os instrutores dessa área eram sempre estrangeiros. Assim foi criada a Escola de Educação Física que se constituiu no **primeiro núcleo de ensino da Educação Física no Brasil e o segundo da América Latina**, organizada em bases sólidas, seguindo-se por princípios pedagógicos e científicos, tornando-se reconhecida nacionalmente logo nos primeiros anos de vida. Os cem anos da “Velha Escola” não poderiam passar em branco (Galdino Neto, 2012. s/p).

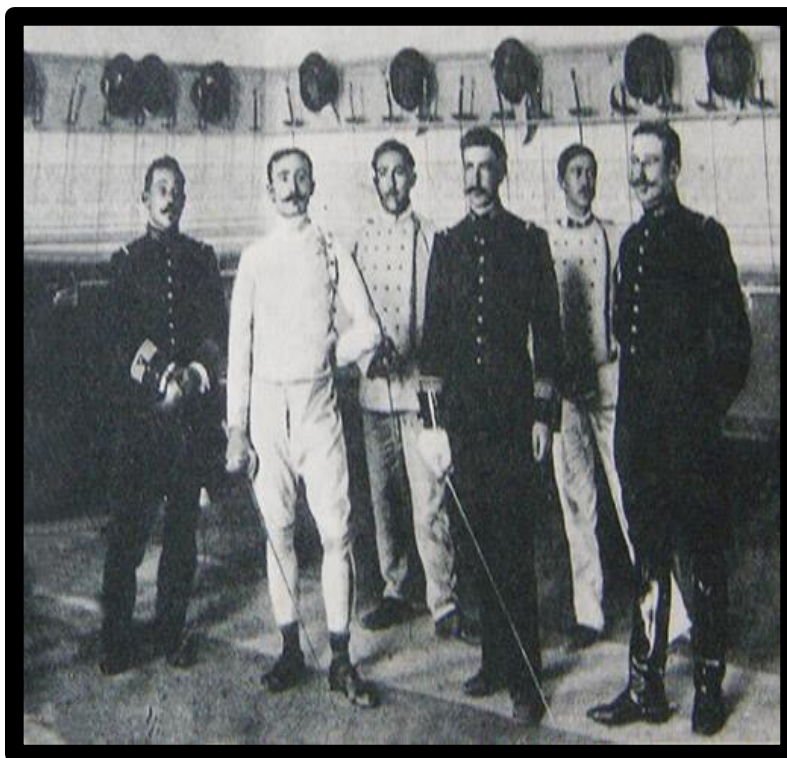
O reconhecimento da escola como pioneira também pode ser reafirmada nas palavras do Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região - Estado de São Paulo (CREF4/SP), em sua página a instituição diz que é com muito orgulho que agradece a parceira e reforça o compromisso em ajudar todos os Profissionais Militares que formam e formarão melhores seres humanos por meio da Atividade Física, e são honrados em participar desta história com a escola (Cref4/SP, s/d).

No dia cinco de março de dois mil e dez a Assembleia homenageou a instituição reconhecendo-a como a primeira faculdade de Educação Física. A Polícia Militar do Estado de São Paulo menciona em seus acervos online, que a criação da escola se originou graças a vinda dos esgrimistas italiano Giuseppe Salermo, Giasintho Sanches e Massanielo Parisi que chegaram ao Brasil no ano de 1898, aqui se radicaram e passaram a lecionar a arte da esgrima.

De acordo com o Conselho Regional de Educação Física de São Paulo, o Tenente Pedro Dias de Campos, aluno dos esgrimistas Italiano e apaixonado pela

Escola de Educação Física fundou a “velha escola” no ano de 1910 por meio do Aviso nº 185 da Secretária da Justiça e Segurança Pública (Crefe4/sp s.d). Melo (1996) ressalta que no Brasil, os militares foram os primeiros a incluir em seus programas de formação disciplinas ligadas à prática de exercícios físicos. Para Finoqueto (2012, p. 73) “[...] essas escolas são consideradas as primeiras iniciativas de sistematização e de organização da formação de Professores de Educação Física no Brasil”. Abaixo pode-se observar os esgrimistas responsáveis por disseminar a modalidade no território brasileiro no ano de 1898.

Imagem 1: Esgrimistas Italianos lecionando no Brasil.



Fonte: Policia Militar do Estado de São Paulo. Link:

<https://www.policiamilitar.sp.gov.br/institucional/historia-da-pm>

Apesar dos relatos e reconhecimento da Escola de Educação Física da Polícia Militar (EEF/PM) como a primeira universidade da área, não foi possível encontrar evidências de professores formados pela instituição, e não existia uma formação em Educação Física aberta para toda sociedade. As evidências apresentadas apontam para uma escola Militar com formação em Educação Física, na qual não possuíam um conteúdo determinado e sim que se modificam conforme as necessidades culturais.

Naquela época, o objetivo do curso era formar instrutores de ginástica e professores de Educação Física, baseados no ideário da instituição militar (Azevedo; Malina, 2004).

Tais apontamentos levam ao seguinte questionamento: se a EEF/PM aplicavam aulas de Educação Física quem eram os responsáveis por ministrar as aulas? De acordo com Melo (1996) em sua dissertação de mestrado intitulada *Escola Nacional de Educação Física e Desportos - Uma Possível História*, os professores encarregados de aplicarem as aulas eram os militares, praticantes ou ex-praticantes de áreas esportivas. O autor menciona que os ministrantes ainda não contavam com um processo de formação sistematizado, ou seja, eles se preparavam a partir de sua experiência prática. Ou pelos imigrantes que traziam conhecimento adquirido em seus países e disseminaram no Brasil.

A segunda escola de preparação, o Centro Militar de Educação Física do Exército localizado no Rio de Janeiro, que se chamaria Escola de Educação Física do Exército em 1933, foi fundada em 1922, ela está presente em todo o território brasileiro e tem o objetivo de formar o profissional militar no curso de Educação Física (Brasil, 2022), atualmente, a escola já formou 3.588 oficiais instrutores de Educação Física:

No ano de 1919, um grupo de oficiais e cadetes da Escola Militar do Realengo fundou a 'União Atlética da Escola Militar' e promoveu, através do 'Estatuto da Cruzada Física', a sistematização da Educação Física nos meios militar e civil. Aquele núcleo, liderado pelo Tenente Newton de Andrade Cavalcanti, foi a gênese da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), materializada com a criação do Centro Militar de Educação Física (CMEF), sua OM formadora, em 10 de janeiro de 1922, pelo Ministro da Guerra João Pandiá Calógeras, em nome do Presidente da República, Epitácio Pessoa (Brasil, 2022, s/p).

A Escola de Educação Física do Exército também é responsável por lançar a primeira revista científica em Educação Física no Brasil, além de organizar a primeira colônia de férias no Brasil⁴. Ela criou métodos de treinamento próprios, direcionados

⁴ A Colônia Escolar de Férias configurou-se como uma instituição de profilaxia social que, requerendo a proteção das crianças, tinha como finalidade superar os males associados à ignorância, à pobreza e à degeneração. Nessa perspectiva, cabia-lhe atuar sobre os males decorrentes da falta de conhecimentos elementares de higiene, das crenças naturalizadas em relação ao corpo e às doenças,

ao desenvolvimento e à manutenção da saúde física e mental da tropa. Também organizou competições esportivas nacionais e internacionais, ela prestou apoio no treinamento de equipes e de atletas militares e civis (Brasil, 2022). Atualmente a escola colabora com universidades, federações, confederações e associações, além de servir como centro de treinamento de excelência para algumas competições como os Jogos Mundiais Militares, para a copa do mundo e para as olimpíadas.

Imagem 2: Reportagem da abertura do Centro Militar de Educação Física do Exército/Escola de Educação Física do Exército do Rio de Janeiro.



Fonte: Escola de Educação Física do Exército. Cópia do BE 431, de 20 Jan 1922, com o ato oficial de criação do CMEF.

Conforme Alves Bastos (Brasil, 2022), o CMEF foi criado para implementar e divulgar o novo método de Educação Física Militar, regulamentado em 1921, por meio de cursos para oficiais e sargentos. Até 1928, nenhuma turma havia sido formada. Neste ano, após visita do presidente Washington Luís e autoridades à escola, foi sugerida a inclusão de professores civis. Como resultado, em 1929 foi criado o Curso

bem como das hereditariedades e da situação de pobreza das crianças débeis, funcionando como um refúgio salvador da criança.

Provisório de Educação Física, formando a primeira turma de militares e civis diplomados na área no Brasil, sob orientação dos tenentes Ignácio de Freitas Rolim e Virgílio.

Imagem 3: Primeira turma de pessoas capacitadas na área da Educação Física.



Fonte: Escola de Educação Física do Exército. O Jornal, de 01 Jan 1930: a 1ª turma de oficiais formados em Educação Física no Brasil.

Ao analisar as informações citadas anteriormente, uma observação deve ser ressaltada. A primeira turma foi inscrita apenas em 1929 e concluída em 1930, isso mostra que o primeiro curso deste campo possuía duração de apenas 1 ano. Como consequência da existência da 1ª turma de profissionais formados na área surgem os primeiros professores de Educação Física no país. A apresentação da imagem será disponibilizada na próxima página.

Imagem 4: Primeiros profissionais da área no Brasil.



Fonte: Brasil. Escola de Educação Física do Exército

Na imagem estão presentes os Tenentes instrutores Ignácio de Freitas Rolim (à direita) e Virgílio Alves Bastos (centro), ladeados pelos primeiros professores civis de Educação Física do país (vestidos de brancos).

A década de 1930 constitui um período de profundas transformações políticas, sociais e econômicas no Brasil, sendo amplamente reconhecida como o marco inicial do protagonismo de Getúlio Vargas na condução do estado brasileiro. Após a Revolução de 1930, Vargas assumiu, de forma provisória, a chefia do governo federal um novo modelo de administração que se afastava dos padrões oligárquicos predominantes durante a primeira República. Este período inicial de sua trajetória política estendeu-se até 1937, quando ocorreu a consolidação de um regime autoritário. Conforme argumenta Corrêa (2009), foi precisamente nesse ano que se estabeleceu o estado novo, uma forma de governo centralizadora e antidemocrática, sustentada por mecanismos de pressão política, controle ideológico e supressão das liberdades civis.

O estado novo corresponde ao que historiograficamente se convencionou chamar de segundo governo de Getúlio Vargas caracterizado por um poder executivo fortalecido e pela ausência de eleições diretas. Fim do ciclo autoritário, Vargas retornaria à cena política nacional em um novo contexto democrático, sendo eleito pelo voto direto em 1950, fato que daria início ao seu terceiro governo. Dessa forma

a trajetória política de Vargas se inscreve em diferentes momentos da história republicana brasileira revelando-se como uma liderança complexa, cuja atuação abrange tanto a centralização do poder quanto a legitimação democrática por meio do sufrágio popular. Foi neste período que surgiu a primeira escola de formação aberta à comunidade civil. Na década de 1930, foi autorizada a criação de Escolas de Educação Física no Âmbito civil, concedendo o reconhecimento oficial do curso superior nessa área (Finoqueto, 2012), e assim começou o surgimento das escolas de formação de professores deste campo.

Os primeiros cursos superiores de Educação Física no Brasil abertos para a sociedade, surgiram por volta da década de 1930, e habilitaram profissionais na área para atuarem principalmente no ambiente escolar. A oferta dos cursos de formação inicial em Educação Física, assim como suas abordagens prioritárias, conforme Muñoz *et al.* (2006), foi determinado por meio de reformas políticas que visavam se adaptar aos interesses e necessidades dos contextos socioculturais.

Em meados de 1931 o Departamento de Educação Física foi criado frente às necessidades apontadas no campo esportivo. Tais debates contaram com a participação de “[...] cronistas esportivos e intelectuais brasileiros e ficaram registrados em matérias de jornais da época, artigos de revistas especializadas em educação física e livros” (Dalben; Góis Junior, 2018; Góis Junior; Melo; Soares, 2015). Com o aumento da criação de novas modalidades esportivas, tornou-se importante a criação de um departamento para coordenar e orientar as entidades esportivas.

Durante muito tempo alguns atletas se viram prejudicados por falta de fiscalização. Tais preocupações chegaram ao Dr. Arthur Neiva, diretor do Instituto Biológico (IB) de São Paulo, fundado em 1927 e consolidado sob sua gestão até 1931, nessa época era considerado um dos maiores apaixonados pela fisicultura. Neiva é bastante conhecido pela historiografia dedicada ao movimento sanitarista brasileiro. No entanto, ainda é pouco conhecida e analisada a sua participação nos debates sobre a prática esportiva em São Paulo (Silveira, 2002). Ele ouviu as aclamações dos atletas e acreditou que a Educação Física realmente carecia de orientação sistematizada, além de uma fiscalização. Foi assim, que no dia 23 de janeiro de 1931 o Departamento de Educação Física (DEF) surgiu. Esses apontamentos podem ser comprovados no Histórico do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, de 1931 a 1934.

O Dr. Neiva ficou convencido de que a educação física carecia ser racionalmente orientada, dirigida e fiscalizada em que, ainda, só ao Governo poderiam, deveriam caber essa orientação, direção e fiscalização – que uma das principais providências, ao ser nomeado Secretário do Interior do primeiro Governo revolucionário de São Paulo, foi formar uma comissão encarregada de estudar as bases de uma repartição do Estado, exclusiva e especializada para tratar da educação física (Histórico D.E.F-SP 1936, p. 40).

Em 1 de maio de 1934 com a ajuda do Dr. Cristiano Altenfelder da Silva instalou a Escola Superior de Educação Física. Vinte e quatro anos após a Escola de Educação Física da Polícia Militar (EEF/PM) de 1910, surgiu de fato o primeiro centro universitário cível da área no Brasil, de acordo com a Universidade de São Paulo ela foi “Criada em 1934 como um instituto isolado, sendo integrada à USP em 1969, a Escola Superior de Educação Physica (posteriormente, Escola de Educação Física e Esporte) foi a primeira instituição civil da área no Brasil (EEFE. s.d).

Na tese apresentada por Corrêa (2009), construída com base em uma abordagem metodológica fundamentada na história oral, a autora dedicou-se à coleta e análise de relatos de determinados contextos históricos. Entre os depoimentos reunidos no âmbito de sua pesquisa, destaca-se o testemunho do senhor Walter Giro Giordano, que compartilhou suas memórias sobre o período em que foi estudante da Escola Superior de Educação Física. Segundo o seu relato, ele frequentou a referida instituição entre os anos de 1953 e 1955 período que coincide com importantes transformações no campo da Educação Física no Brasil marcadas por mudanças curriculares, definições pedagógicas e crescente valorização da formação profissional na área o testemunho de Giordano, ao integrar a narrativa da pesquisa, contribui significativamente para a reconstrução histórica de práticas educacionais experiências formativas vivenciadas naquele contexto, evidenciando a importância da memória individual como fonte legítima para a compreensão do passado e como instrumento de análise das dinâmicas sociais e institucionais que passaram o ensino da Educação Física no país.

De acordo com o Jornal da USP, o site reúne homenagens aos 90 anos da Escola de Educação Física e Esporte na qual reforçou evidências de que a instituição

foi de fato a primeira universidade civil da área no Brasil, “[...] ela consolidou-se como referência no cenário acadêmico nacional e internacional” (Jornal da USP, 2024. s/p). A Escola de Educação Física e Esporte até o ano da publicação havia graduado mais de 5.000 profissionais, desde sua fundação. De acordo com o Jornal da USP (2024) a instituição foi incorporada à USP apenas em 1969 e conquistou sua sede própria no Campus de Butantã em 1975. A seguir podemos observar o momento da incorporação das instituições e respectivamente a sede de Butantã.

Imagem 5: Momento da incorporação à USP/ conquista da Sede



Fonte: Escola de Educação Física e Esporte: <https://eefe90anos.my.canva.site/>

É de extrema importância ressaltar que ela foi a pioneira na América Latina a realizar a implantação dos programas de mestrado em 1977 e doutorado em 1989. Ela também foi referência no desenvolvimento de estudos científicos, na imagem a seguir podemos observar a realização de testes laboratoriais. A apresentação da imagem será disponibilizada na próxima página.

Imagem 6: Implementação dos programas de Mestrado e Doutorado.

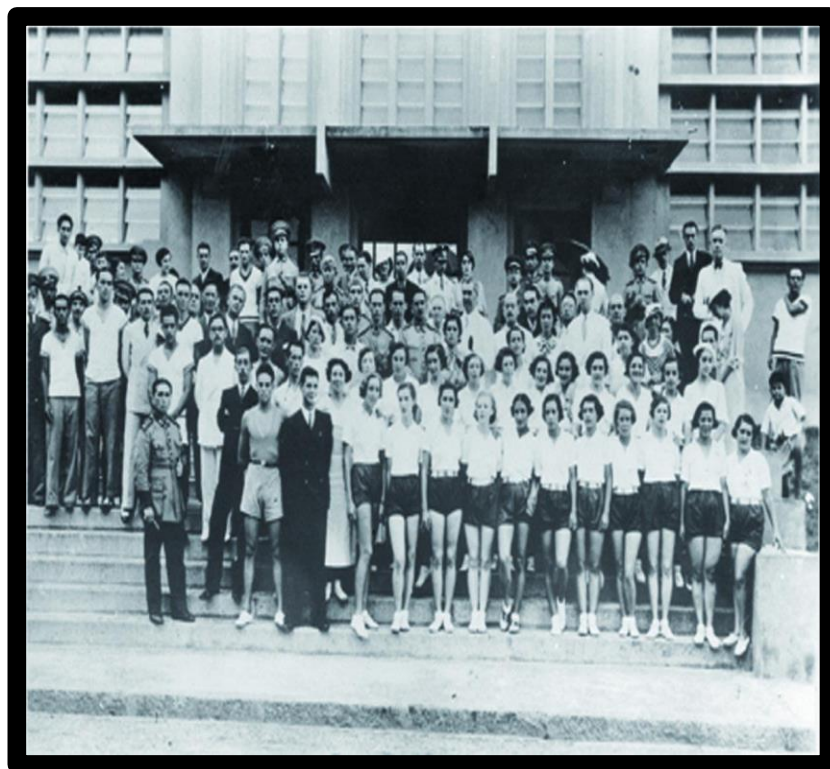


Fonte: Divulgação/ acervo da USP

A Educação Física passou por diversas mudanças, tanto físicas quanto de enfoque acadêmico. Inicialmente seu objetivo era a formação de professores que futuramente atuariam no ensino formal. De acordo com a Universidade de São Paulo, “A área da Educação Física era vista majoritariamente pela perspectiva profissional e não acadêmica. O curso, portanto, focava-se em disciplinas de orientação prática, como esportes, jogos e danças.” (EEFE. s.d). O lema era: “aprender a executar para poder ensinar”. A partir desse momento, surgiram novas reivindicações relacionadas à profissão como a exigência de um currículo mínimo para a graduação (Souza Neto, 1999).

Mediante aos acervos da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, podemos observar a seguir a 1º turma de Educação física em um momento de estágio na Escola de Educação Física do Exército no Rio de Janeiro. Pela imagem, podemos observar que a turma era composta por alunos de ambos os sexos, o oposto do cenário apresentado nas escolas formadoras direcionada apenas a militares. A apresentação da imagem será disponibilizada na próxima página.

Imagem 7: Primeira faculdade civil do Brasil.



Fonte: Divulgação/ Jornal da USP

A partir do ano de 1939, foi elaborado por meio do Decreto nº 1.212 de 2 de maio o primeiro currículo mínimo para a formação profissional, com a finalidade de formar pessoal técnico em Educação Física e Esportes (Hunger et al., 2006). Surge neste momento a Escola de Educação Física e Desportos como parte da Universidade do Brasil (atual UFRJ), sendo marco da profissionalização da área. Iniciou-se a fase pedagógica, com enfoque educativo e voltado ao desenvolvimento integral do indivíduo.

Nesse contexto, a Educação Física brasileira começa a se “[...] firmar como área independente nos estabelecimentos de ensino superior e a organizar o seu campo profissional com a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, em 1939” (Metzner; Drigo, 2021, p.2). Segundo Finoqueto (2012), essa instituição de ensino foi a precursora das discussões em torno da legitimação da Educação Física enquanto campo de formação profissional. Metzner e Drigo (2021) mencionam que a Escola Nacional de Educação Física e Desportos tinha como objetivo não apenas a formação de profissionais, mas também promover a integração

entre teoria e prática, disseminar conhecimentos relacionados à área e desenvolver pesquisas que orientassem os rumos da Educação Física no Brasil.

Os profissionais nesta época se tornaram capacitados a ensinar: A) após 2 anos de curso; o decreto também estabelecia que: B) imprimir ao ensino da Educação Física e dos desportos, em todo o país, unidade teórica e prática; c) difundir, de modo geral, conhecimentos relativos à Educação Física e aos desportos; d) realizar pesquisas sobre a Educação Física e os desportos, indicando os métodos mais adequados à sua prática no país (Brasil, 1939). Os cursos ministrados por essa instituição de ensino contemplavam as seguintes áreas e tempo de duração: a) curso superior de Educação Física (2 anos); b) curso normal de Educação Física (1 ano); c) curso de técnica desportiva (1 ano); d) curso de treinamento e massagem (1 ano); e) curso de medicina da Educação Física e dos desportos (1 ano) (Brasil, 1939; Metzner, Drigo 2021).

O art. 32, do capítulo V, dispõe que:

Aos alunos que concluírem o curso superior de educação física, o curso normal de educação física, o curso de técnica desportiva, o curso de treinamento e massagem ou o curso de medicina da educação física e dos desportos, na forma desta lei, serão conferidos respectivamente os diplomas de licenciado em educação física, de normalista especializado em educação física, de técnico desportivo, de treinador e massagista desportivo ou de médico especializado em educação física e desportos (Brasil, 1939).

O art. 32 evidencia o aumento na duração da formação dos professores da área, saindo de um ano apresentado pela Escola de Educação Física do Exército para dois anos com o surgimento da Escola Nacional de Educação Física e Desportos. No ano de 1945 o currículo foi modificado por meio do [...] Decreto-Lei nº 8.270, aumentando-se a duração do curso para três anos e incluindo-se o estudo do comportamento humano no rol das matérias obrigatórias” (Hunger et al., 2006. p. 90). Adaptando-se aos critérios das reformas pedagógicas que transformaram o período e permeiam nos dias de hoje.

Entendendo que a existência da primeira universidade civil de Educação Física da história surgiu de fato em 1934 no estado de São Paulo, devido as inquietações

apresentadas pelas modalidades esportivas da época cabe nos debruçarmos em busca de analisar os conteúdos disseminado na instituição a fim de compreender como o conhecimento do corpo foi trabalhada durante a formação dos primeiros professores de Educação Física.

Quadro 4: Conteúdos ministrados no curso de Educação Física no Brasil em 1945 de acordo com a alteração do Decreto nº 1.212 de 17 de abril de 1939.

1º série	2º série	3º série
1. Higiene aplicada.	1. Cinesiologia aplicada.	1. Fisioterapia aplicada.
2. Socorros de urgência.	2. Fisiologia aplicada.	2. Psicologia aplicada.
3. Metodologia da educação física.	3. Metabologia aplicada.	3. Biometria aplicada.
4. História e organização da educação física e dos desportos.	4. Metodologia da educação física.	4. Metodologia da educação física e dos desportos.
5. Educação física geral.	5. Educação física geral.	5. Educação física geral.
6. Desportos aquáticos e náuticos.	6. Desportos aquáticos e náuticos.	6. Desportos aquáticos e náuticos.
7. Desportos terrestres individuais.	7. Desportos terrestres individuais.	7. Desportos terrestres individuais.
8. Desportos terrestres coletivos.	8. Desportos terrestres coletivos.	8. Desportos terrestres coletivos.
9. Desportos de ataque e defesa.	9. Desportos de ataque e defesa.	9. Desportos de ataque e defesa.
10. Ginástica, rítmica.	10. Ginástica rítmica.	10. Ginástica rítmica.

Fonte: Camara dos Deputados: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8270-3-dezembro-1945-457382-publicacaooriginal-1-pe.html>.

No quadro 4 pode-se observar que a partir do Decreto nº 1.212 a formação dos professores de Educação Física deixa de se direcionar apenas do contexto da ginástica, passando a ser composta por conteúdos centrados em anatomia, fisiologia, higiene, esportes, técnicas de ginástica e conhecimentos históricos da profissão.

Ainda, por volta dos anos 40, iniciou o processo de criação e regulamentação de um conselho para a profissão de Educação Física de acordo com o CONFEF. Essa iniciativa para todas as associações dos professores de Educação Física - localizadas no Rio Grande do Sul e em São Paulo que juntas fundaram o FBAPEF em 1946. Esta história pode ser dividida em duas etapas: a primeira relacionada aos profissionais

que se manifestaram a respeito dessas inquietações e ao mesmo tempo não desenvolveram ações neste sentido. O segundo momento ocorreu por volta dos anos 80, de acordo com o CONFEF foi nesse período que tramitou o projeto de lei relativo a regulamentação aprovada e promulgada pelo presidente da república Fernando Henrique Cardoso, em 01/09/1998.

O regulamento em questão se refere à lei N° 9.696, 1 de setembro de 1998 que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física e responsável por criar os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física (Brasil, 1998, s/p). A Lei nº 9.696, regulamentou a profissão no Brasil, além disso institui órgãos que seriam responsáveis por fiscalizá-la. Esta legislação tornou oficial a regulamentação da Educação Física como uma profissão, tornando-a seu exercício exclusivo aos profissionais que fossem devidamente formados e registrados nos respectivos conselhos (Brasil, 1998).

A atuação desses profissionais compreende o planejamento, a supervisão e a execução de programas de atividades físicas, sendo imprescindível o registro profissional para o exercício legal da função. Para garantir que as regras fossem cumpridas, a Lei criou o Sistema CONFEF/CREFS, composto pelo Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) e pelos Conselhos Regionais de Educação Física (CREFS) (Brasil, 1998). O CONFEF se tornou o responsável por fiscalizar a atuação dos CREFS em todo o território nacional.

De acordo com esta lei aos Conselhos, coube realizar o registro dos profissionais, fiscalização do exercício da profissão, julgamento de infrações disciplinares e éticas cometidas e a aplicação de punição cabíveis. A legislação também prevê punições para o exercício ilegal da profissão, que podem incluir multas e a suspensão do registro profissional (Brasil, 1998). A Lei nº 9.696/1998 objetiva assegurar a qualificação dos profissionais da Educação Física, visando proteger a sociedade por meio de mecanismos de fiscalização do exercício profissional, de fiscalização e controle do exercício profissional. A norma entrou em vigor na data de sua publicação, consolidando um marco regulatório essencial para a valorização e o desenvolvimento da área no Brasil.

Um aspecto relevante a ser mencionado é o fato do curso de Educação Física não ter sido regulamentado antes, de acordo com o CONFEF atualmente entende-se que isto se deu pelo motivo da Educação Física ser direcionada prioritariamente para

o campo da licenciatura e os currículos voltados essencialmente para profissionais que atuaram no ensino formal. “Historicamente, a área era responsável por oferecer profissionais a um mercado pré-determinado: a escola. O fato da profissão de Professor não ser regulamentada, torna incoerente desmembrar a Educação Física” (CONFEEF, s/d, s/p).

Com a promulgação da LDB em 1961, os cursos de formação inicial em Educação Física receberam um grande impulso. Além de tornar a Educação Física obrigatória nos ensinos primário e médio, a nova LDB orientou e ressignificou a inclusão das disciplinas de formação pedagógica, priorizando a preparação do futuro educador. Sancionada em 20 de dezembro de 1961 a Lei nº 4.024, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A aprovação da primeira LDB, como ficou conhecida, assegurou o direito à educação com recursos do Estado” (Brasil, s.d). Com a LDB foi criado o Conselho Federal de Educação, suas atribuições era decidir sobre o funcionamento dos estabelecimentos isolados de ensino superior. O conselho deveria realizar o reconhecimento das universidades mediante aprovação de seus estatutos. Conforme a LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961:

A educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim: a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade; o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem; o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional; o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum; o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio; a preservação e expansão do patrimônio cultural; e a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça (Brasil, 1961, art. 1º).

Analisando a primeira LDB, pode-se observar a obrigatoriedade da Educação Física no Brasil no ensino primário e médio evidenciando a sua necessidade no processo de formação, mas, vista como uma mera prática e não como um componente curricular. Salienta-se, que ela se apresenta nesta estrutura como uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento do indivíduo. No entanto, a Lei nº 4.024, não dispõe

a maneira ou os conteúdos que deveriam ser direcionados à formação dos professores desta área, mas se direcionava à regulamentação das universidades no território brasileiro.

Com a promulgação da Lei nº 9394/96 a Educação Física passa a ser reconhecida como componente curricular na educação básica segundo o artigo 26, no inciso “3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica [...]” (Brasil, 1996). Apesar da criação de documentos como a LDB, por meio de leis e decretos, não foi fácil aceitar a Educação Física como área obrigatória nas escolas, pois sua presença não ficou garantida em todas as etapas.

Outro ponto, é a demora para sua inserção como componente curricular. Essa alteração, não trouxe as mudanças esperadas, pois, “[...] não ficou garantida a presença das aulas de Educação Física e muito menos que os profissionais que ministrassem essas aulas contassem com formação específica” (Darido e Rangel 2005, p. 55). Salienta-se que mesmo hoje a Educação Física se encontra a todo momento a busca pela aprovação e reconhecimento da sua importância como área curricular, pois, outras áreas do conhecimento insistem em não a reconhecer.

É importante esclarecer que ao ser reconhecida como componente curricular, sua trajetória continuou sendo desenvolvida. Em meados dos anos 2000 os estudos da divisão da Educação Física ganharam força, começava a inauguração do professor com identidade própria, ou seja, a determinação da profissão em categorias, bacharelado e licenciatura. A seguir, será realizada a explicação da divisão do curso, possibilitando duas formações dentro da área, respondendo questões como, por que houve a separação? quando foi decretado? e o que contempla cada modalidade?

5 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ATUALIDADE

Nas seções anteriores pode-se contextualizar historicamente a Educação Física no Brasil, pois entende-se que para compreender o presente é necessário conhecer o passado. Na atualidade a Educação Física atua tanto na área da saúde como no contexto educativo. Até meados de 2004, as discussões acerca da necessidade de organizar a formação em Educação Física segundo as especificidades dos campos de atuação profissional já se faziam presentes nas pautas acadêmicas e institucionais da área. Embora seja comum encontrar, em relatos informais de profissionais, a afirmação de que a divisão entre Licenciatura e Bacharelado teria se iniciado naquele ano, a análise criteriosa dos documentos normativos evidencia que essa interpretação não se sustenta integralmente.

Atualmente o curso de Educação Física se divide em licenciatura e bacharelado. Salientamos que dentro das habilitações possuem áreas de atuação específicas de cada campo, decorrência esta da necessidade do mercado de trabalho. Todavia, nesta perspectiva histórica que envolve o ser humano, de acordo com Guedes (2014) e Hallal (2008) procedimentos e recursos utilizados na área da Educação Física, estão evoluindo surpreendentemente nos últimos anos sob influência do desenvolvimento científico e tecnológico. Diante do exposto, esta seção tem por objetivo contextualizar o curso de Educação Física na atualidade, delimitando como espaço temporal os anos 2000 a 2025. Visto que na sessão anterior identificamos que a partir desta data a Educação Física se encontrava em processo de divisão.

Até o final do século XX os cursos de Educação Física possuem foco em formar profissionais de ginástica aptos para atuarem em ambiente escolar. A partir dos anos 2000 a Educação Física sofre um avanço em direção de uma concepção mais ampla, ou seja, a área passa a discutir sua divisão em duas habilitações. Nesse período, além da área se fortalecer como campo acadêmico, ela expandiu pesquisas, revisou currículos e principalmente redefiniu o papel do professor. De acordo com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), essa expansão pode ser refletida pela ampliação do número de programas de mestrado e doutorado em Educação Física, pela diversificação das linhas de pesquisa ao incluir a educação escolar, corpo, cultura e sociedade, políticas públicas, lazer e saúde

(Capes ou Brasil, 2019). Autores como Bracht (2003) e Tani *et al* (2011) destacam que, nesse período, a área consolida sua identidade científica e amplia sua produção intelectual. Portanto, os currículos revisados, trata-se dos currículos universitários da formação inicial, não da Educação Física escolar diretamente, embora ela seja impactada. A seguir no quadro 5 podemos observar o panorama da Educação Física no Brasil apresentado no decorrer deste estudo.

Quadro 5: Panorama da Educação Física no país até os anos 2000

PERÍODO	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
1930 - 1949	Início dos cursos superiores, foco técnico e militarizado (ginástica, formação de instrutores).
1950 - 1969	Continuação da expansão lenta, cursos focados na formação de professores escolares.
1970 - 1989	Continuação da expansão lenta, cursos focados na formação de professores escolares.
1995 - 2000	Expansão continuada e início de maior diversificação entre licenciatura e bacharelado

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A ideia de dividir o curso em habilitação em bacharelado e licenciatura não surgiu espontaneamente, ele é decorrente de reformulações legais, acadêmicas e científicas. Essa modificação ocorreram principalmente em função de mudanças na legislação educacional, após a LDB/1996, publicação das Diretrizes Curriculares para a Educação Física e pressões do campo científico que já discutia a especificidade da docência e das intervenções não escolares desde os anos 1990.

Surgem, também, os discursos que estabelecem a divisão do curso de graduação em Educação Física em Licenciatura e Bacharelado. Esta divisão pode ser observada pela nota técnica disponibilizada pelo MEC (2003):

A presente Nota Técnica tem como objetivo prestar esclarecimentos sobre os cursos superiores de graduação, nas modalidades bacharelado e licenciatura, em Educação Física. Para tanto, serão analisados os seguintes temas, os quais se relacionam aos questionamentos mais frequentes recebidos por esta Secretaria:

II.1- DO MARCO LEGAL E NORMATIVO APLICÁVEL;

II.2- DA IMPOSSIBILIDADE DE OFERTA CONJUNTA E DA DIFERENÇA ENTRE OS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NAS MODALIDADES BACHARELADO E LICENCIATURA PLENA;

III.3- DA COMPETÊNCIA DOS CONSELHOS PROFISSIONAIS PARA SE MANIFESTAR SOBRE TEMAS DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL.

Referente ao “marco legal e normativo aplicável”, o texto apresenta uma análise do marco legal que orientou os cursos superiores de Educação Física no Brasil, destacando normas que definem sua estrutura e finalidade. Inicialmente, evidencia-se a Resolução CFE nº 03/1987, responsável por estabelecer carga horária mínima, conteúdos obrigatórios e a possibilidade de um único curso contemplar simultaneamente bacharelado e licenciatura, sem distinções formais entre as modalidades. Essa norma representava um modelo unificado de formação, característico do período.

O texto, também, aborda as mudanças significativas trazidas pela LDB nº 9.394/1996 e pelas resoluções emitidas pelo Conselho Nacional de Educação no início dos anos 2000, como já mencionada na sessão anterior que abordou o surgimento das escolas de formação de professores de Educação Física no Brasil. A LDB definiu que a formação de professores deveria ocorrer exclusivamente em cursos de licenciatura, reforçando a diferenciação entre as áreas de atuação do profissional de Educação Física. No entanto, nesse período a Educação Física não era determinada por uma formação específica em Licenciatura ou Bacharelado e sim em Licenciatura Plena. Antes da LDB/1996, era comum a organização em licenciatura curta, focada em uma formação reduzida de 2 à 3 anos e licenciatura plana, com uma formação de 4 anos de duração, o problema dessa estrutura é que possuía uma formação aligeirada, uma fragmentação curricular e contribuição com a falta de identidade profissional. Com a divisão do curso revelou que a antiga licenciatura plena não definia claramente o campo de atuação, pois, ela habilita o profissional tanto para escola quanto para outros campos.

A seguir podemos observar as resoluções já tratadas nas seções anteriores, assim como as informações referente ao assunto abordado nesta etapa. De acordo com o MEC (2013):

II.1 - DO MARCO LEGAL E NORMATIVO APLICÁVEL

(i) A Resolução CFE nº 03/1987, que instituiu a duração, a carga horária mínima de 2.880 (duas mil, oitocentos e oitenta) horas/aula e o conteúdo mínimo a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física,

possibilitou que um mesmo curso contemplasse o bacharelado e a licenciatura plena, não fazendo diferenciação entre as modalidades;

(ii) A Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB) estabeleceu regras relacionadas aos profissionais da educação básica (Título VI da LDB) e determinou que a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-ia em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação (art. 62 da LDB¹);

(iii) A Resolução CNE/CP nº 1/2002 fixou as Diretrizes Curriculares Nacionais DCNs para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. A Resolução CNE/CP nº 1/2002 determinou que no prazo de 2 (dois) anos todos os cursos de licenciatura plena teriam de se adequar às novas DCNs³;

(iv) A Resolução CNE/CP nº 2/2004 estabeleceu a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de Formação de Professores de Educação Básica, em nível superior; (v) A Resolução CNE/CP nº 2/2004 modificou o prazo fixado no art. 15 da Resolução CNE/CP nº 1/2002 para que todos os cursos de licenciatura plena se adequassem às novas DCNs, prorrogando o prazo para a data de 15/10/2005;

(vi) A Resolução CNE/CES nº 7/2004 instituiu as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena, e estabeleceu orientações específicas para a licenciatura plena em Educação Física, nos termos definidos nas DCNs para a Formação de Professores da Educação Básica;

(vii) Por fim, a Resolução CNE/CES nº 7/2004 foi alterada pela Resolução CNE/CES nº 7/2008, que alterou a disciplina sobre as atividades complementares, e pela Resolução CNE/CES nº 4/2009, que instituiu a carga horária mínima de 3.200 horas com o limite mínimo para integralização de 4 (quatro) anos para a modalidade bacharelado de Educação Física (Brasil, 2013).

A Resolução CFE nº 03/1987 estruturava a formação em Educação Física até meados da década de 1990, fixando carga horária mínima de 2.880 horas e permitindo que uma única matriz curricular conferisse simultaneamente licenciatura plena e bacharelado. Esse modelo expressava uma concepção generalista, sem delimitação clara entre docência e demais campos de atuação profissional.

Com a promulgação da Lei nº 9.394/1996 (LDB), especialmente pelo art. 62, consolidou-se a exigência de formação específica em licenciatura para atuação na Educação Básica, o que fragilizou o modelo integrado e impulsionou a reorganização curricular. Esse processo foi aprofundado pela Resolução CNE/CP nº 1/2002, que instituiu as Diretrizes Curriculares para a formação de professores, e pela Resolução CNE/CES nº 7/2004, que consolidou a diferenciação entre licenciatura e bacharelado na área.

Posteriormente, a Resolução CNE/CES nº 4/2009 reforçou a autonomia do bacharelado ao estabelecer carga horária mínima de 3.200 horas e integralização em quatro anos. Esse conjunto normativo marca a transição de um modelo unificado e

generalista para um modelo dual estruturado, no qual licenciatura e bacharelado passam a possuir identidades formativas e campos de atuação distintos, evidenciando uma reconfiguração acadêmica, profissional e epistemológica da Educação Física no Brasil. Na realidade, o conjunto de diretrizes e resoluções publicadas no período demonstra uma concepção mais ampla e menos segmentada da formação inicial.

Resolução nº 7, de 31 de março de 2004:

O curso de graduação em Educação Física deverá assegurar uma formação generalista, humanista e crítica, qualificadora da intervenção acadêmico-profissional, fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética. O graduado em Educação Física deverá estar qualificado para analisar criticamente a realidade social, para nela intervir acadêmica e profissionalmente por meio das diferentes manifestações e expressões do movimento humano, visando à formação, à ampliação e ao enriquecimento cultural das pessoas, para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável (Brasil, 2004, art. 4º, § 1º).

A Resolução nº 7, de 31 de março de 2004, por exemplo, compreende a Educação Física como uma área de conhecimento e de intervenção acadêmico-profissional com atuação em diversos setores, como prevenção, educação, lazer e contexto esportivo, além de outros ambientes que favoreçam práticas corporais, atividades físicas, recreativas e esportivas. Ao enfatizar tal abrangência, o documento orienta a formação para um caráter generalista, de modo a capacitar o futuro profissional a atuar de maneira competente e crítica em diferentes espaços de intervenção. Assim, observa-se que, naquele momento histórico, a perspectiva predominante era a de uma formação integrada e ampla, voltada ao desenvolvimento de competências que atendessem às múltiplas demandas sociais relacionadas ao campo da Educação Física.

A respeito, da impossibilidade de oferta conjunta e da diferença entre os cursos de Educação Física nas modalidades bacharelado e licenciatura plena é mencionado que a partir da Resolução CFE nº 3/1987, “Art. 1º - A Formação dos Profissionais de Educação Física será feita em curso de graduação que conferirá o título de Bacharel e/ou Licenciado em Educação Física” (CREF/SP, 2013). Desse modo, os currículos

plenos dos cursos de graduação em Educação Física deveriam ser elaborados pelas instituições de ensino superior com o objetivo de possibilitar a aquisição integral de conhecimentos e técnicas que permitissem uma atuação no campo escolar e não escolar. No entanto, esta resolução foi revogada, a fim de atender as demandas da LDB de 1996, se adequando a uma nova estrutura pedagógica do ensino superior no Brasil, que buscava definir melhor os papéis de atuação dos profissionais de Educação Física.

II.2- DA IMPOSSIBILIDADE DE OFERTA CONJUNTA E DA DIFERENÇA ENTRE OS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NAS MODALIDADES BACHARELADO E LICENCIATURA PLENA;

3. De acordo com o marco legal e normativo esclarecido no Item II.1 desta Nota Técnica, a Resolução CFE nº 3/1987 encontra-se revogada. Com ela, os cursos de Educação Física nas modalidades bacharelado e licenciatura plena podiam ser ofertados conjuntamente, de forma regular, até findo o prazo máximo para a adequação de DCNS determinado pelo CNE, ou seja, até 15/10/2005. Logo, apenas os alunos ingressantes até essa data (15/10/2005) nos cursos de Educação Física estariam aptos a obter a graduação de "Bacharel e Licenciado em Educação Física". Após essa data (15/10/2005), o curso de Educação Física nas modalidades bacharelado e licenciatura passaram a representar graduações distintas, sendo extinta a possibilidade de oferta conjunta dos cursos.

4. Em particular a partir da edição da Resolução CNE/CP nº 1/2002 e da Resolução CNE/CP nº 2/2002, os cursos de Educação Física nas modalidades bacharelado e licenciatura obtiveram legislação específica. Assim, passaram a ser previstas legalmente finalidade e integralidade específicas para cada modalidade, bem como exigidos projeto pedagógico e matriz curricular adequados a cada modalidade específica. (Brasil, 2013).

Com base na nota disponibilizada pelo Ministério da Educação (MEC), verifica-se que a formação em Educação Física, nas modalidades Licenciatura e Bacharelado, não teve sua origem em momentos distintos, como por vezes se supõe ocorrer em 2002 ou, posteriormente, em 2004. A análise desse documento permite compreender que a intenção de dividir o curso em duas formações específicas já era discutida em anos anteriores, permanecendo de maneira recorrente nas pautas e debates relacionados ao campo da Educação Física. Essa proposta, portanto, não surgiu de forma abrupta, mas foi resultado de um processo histórico e político que amadureceu ao longo do tempo, acompanhando as transformações sociais e profissionais da área.

Entre as principais transformações sociais que impactaram a área destacam-se a redemocratização do país após a Constituição Federal de 1988, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), podemos ainda adicionar a ampliação das políticas públicas. Tais mudanças ampliaram o acesso à escolarização básica e superior, exigindo maior qualificação e especificidade na formação profissional. Frente às transformações, o mundo do trabalho também se modificou, graças a expansão da indústria do fitness, o aumento das políticas de promoção da saúde e qualidade de vida, que ampliaram significativamente o campo de atuação do profissional de Educação Física, exigindo maior especialização técnica e científica, impulsionando debates sobre a necessidade da formulação de currículos diferenciados de acordo com as especialidades.

Surge então, a criação do sistema CONFEF/CREFs, instituído pela Lei nº 9.696, “Art. 4º Ficam criados o Conselho Federal de Educação Física (Confef) e os Conselhos Regionais de Educação Física (Crefs), dotados de personalidade jurídica de direito público e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial” (Brasil, 1998. n.p). O Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) e os Conselhos Regionais de Educação Física (CREFs) passaram a normatizar, fiscalizar e organizar o exercício profissional, conferindo maior institucionalidade e reconhecimento social à área. A atuação do CREF, portanto, integra esse processo de transformação social na medida em que contribui para a definição de atribuições profissionais, para a delimitação de campos de intervenção e para a exigência de formação adequada ao exercício da profissão (Brasil, 1998).

Além disso, é possível observar que os estudantes que ingressaram no curso até o dia 15 de outubro de 2005 tinham a possibilidade de concluir a formação com habilitação dupla, contemplando simultaneamente o Bacharelado e a Licenciatura. Dessa forma, o profissional formado nesse período estava apto a atuar tanto no contexto escolar quanto em ambientes não escolares, ampliando seu campo de intervenção. Entretanto, após essa data, as diretrizes passaram a estabelecer que o estudante deveria optar por uma das formações, resultando em competências e habilidades específicas para cada modalidade. Essa mudança marcou um novo direcionamento para a formação inicial em Educação Física, reforçando a distinção entre os espaços de atuação profissional. Estas observações podem ser reafirmadas no tópico 3 da nota do Ministério da Educação (MEC, 2013).

III.3- DA COMPETÊNCIA DOS CONSELHOS PROFISSIONAIS PARA SE MANIFESTAR SOBRE TEMAS DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL.

10. De todo o exposto, conclui-se que, conforme o marco legal e normativo atual, o curso de Educação Física pôde ser ofertado nas modalidades bacharelado e licenciatura plena conjuntamente, de forma regular, até findo o prazo máximo para a adequação das Diretrizes Nacionais de Cursos (DCNs) determinado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), ou seja, até 15/10/2005. Portanto, compreende-se que apenas os alunos ingressantes até a data de 15/10/2005 nos cursos de Educação Física estariam aptos a obter a graduação de "Bacharel e Licenciado em Educação Física"; sendo que, após essa data, as modalidades do curso de Educação Física passaram a representar graduações distintas.

A citação trata da competência normativa e fiscalizatória dos conselhos profissionais no que se refere ao exercício da profissão e, especificamente, da transição jurídica ocorrida na formação em Educação Física no Brasil. Ao abordar a divisão da Educação Física em licenciatura e bacharelado, consolidada no ordenamento jurídico educacional após o período de adequação das Diretrizes Curriculares Nacionais era juridicamente possível que uma mesma matriz curricular conferisse dupla titulação, licenciatura plena e bacharelado em Educação Física. Isso era possível devido a herança do período anterior à LDB de 1996, quando predominava uma formação generalista. Até 15/10/2005, era juridicamente possível a oferta conjunta das duas habilitações, contudo, a partir dessa data, a formação passou a ocorrer com finalidades e campos de atuação próprios.

Tal separação foi reafirmada e regulamentada, entre outros aspectos, pela Resolução CNE/CES nº 4/2009, que estabeleceu parâmetros específicos de carga horária mínima para os cursos de Educação Física, reforçando a autonomia das modalidades e a necessidade de projetos pedagógicos próprios. De acordo com essa resolução a formação em Educação Física, deveria ocorrer em um limite mínimo de 4 anos - "Grupo de CHM entre 3.000h e 3.200h: Limite mínimo para integralização de 4 (quatro) anos" (Brasil, 2009). Abaixo podemos observar a carga horária mínima dos cursos de graduação da área da saúde de acordo com a Resolução nº 4/2009.

Quadro 6: Resolução cne/ces nº 4/2009.

Carga horária mínima dos cursos de graduação considerados da área de saúde, bacharelados, na modalidade presencial	
Curso	Carga Horária Mínima
Biomedicina	3.200
Ciências Biológicas	3.200
Educação Física	3.200
Enfermagem	4.000
Farmácia	4.000
Fisioterapia	4.000
Fonoaudiologia	3.200
Nutrição	3.200
Terapia Ocupacional	3.200

Fonte: Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Superior.

Conforme já mencionado na Seção 3, que trata das escolas de formação de professores de Educação Física no Brasil, é possível identificar que o Decreto nº 1.212, de 2 de maio de 1939, instituiu o primeiro currículo mínimo para a formação profissional na área. À época, tal normatização previa uma formação com duração reduzida, permitindo que o indivíduo estivesse apto a atuar profissionalmente após dois anos de estudos. Esse modelo formativo refletia as demandas sociais, educacionais e institucionais daquele período histórico, marcado pela consolidação inicial da Educação Física como campo profissional.

Contudo, ao longo dos anos, o avanço científico, pedagógico e social da área exigiu uma ampliação e maior complexidade na formação dos profissionais. Com o surgimento de novas resoluções e legislações educacionais, passaram a ser incorporados conteúdos mais específicos, diversificados e aprofundados. Como consequência, a duração dos cursos foi progressivamente ampliada. Nesse processo de reestruturação normativa, consolidou-se a exigência de formação superior com duração mínima de quatro anos, visando garantir uma preparação mais sólida, crítica e qualificada para o exercício profissional em Educação Física.

Entendendo que a Educação Física a partir de 15/10/2005 foi de fato dividida em Licenciatura e Bacharelado interferindo diretamente no papel de atuação de futuros graduandos, entende-se como necessário, identificar as áreas de atuação que essas modalidades proporcionam às pessoas que desejassem realizar o curso.

Quadro 7: Diferenças entre as áreas da Educação Física.

CARACTERÍSTICAS	LICENCIATURA	BACHARELADO
Área de Atuação	Escolas e Universidades	Universidades, Academias, Clubes, Clínicas de reabilitação, Centros esportivos, Treinamento e Hospitais.
Ênfase do Currículo	Pedagógico, voltado para o ensino e didática	Saúde, Fisiologia, Treinamento e Gestão
Estágio Obrigatório	Em ambiente escolar	Em locais como academias, Clubes e Esportes
Licença de Trabalho	Permite dar aulas em escolas	Não permite dar aulas na educação básica

Fonte: Elaborado pelas autoras.

O quadro 6 apresenta um comparativo das principais diferenças entre as modalidades de formação em Educação Física: Licenciatura e Bacharelado. Portanto, entende-se que a Licenciatura é direcionada a atuação no contexto educacional, como escolas e universidades, possuindo currículo com ênfase pedagógica voltada ao ensino e aos processos educacionais. Conforme Soares (1993), a escola é o marco de diferenciação da atuação do profissional do bacharel e do licenciado.

Em contrapartida, o Bacharelado contempla uma formação com foco na área da saúde, no treinamento e gestão, o curso prepara o profissional para atuar em clubes, academias, clínicas de reabilitação e espaços de treinamento. Salientamos que o bacharel não possui autorização legal para ministrar aulas na educação básica, restringindo aos espaços extraescolares. Silva e Machado (1997) destacam que, apesar de os objetivos dos cursos de Licenciatura em Educação Física estarem bem

estabelecidos, o que se observou na prática foi uma modificação expressiva em sua orientação formativa.

A fala de Silva e Machado aponta para uma diferença entre o que estava previsto oficialmente e o que realmente acontecia na formação dos profissionais, indicando um desvio na proposta dos cursos de licenciatura em Educação Física. Ou seja, no papel o foco era a formação de professores para atuarem na educação básica, com preparação didática, pedagógica e compromisso com a formação integral dos estudantes, no entanto, na prática ocorreu uma mudança na orientação formativa, aproximando a Educação Física de uma formação técnica, esportiva, voltada para o mercado, deixando a dimensão pedagógica escolar em segundo plano.

Diversas instituições, com o intuito de suprir as necessidades do mercado de trabalho por profissionais da área, optaram por expandir seus currículos, visando à formação de sujeitos capazes de atuar em múltiplos campos relacionados à atividade física. Surge aí a necessidade de criação do bacharelado, que se diferencia, dentre outros aspectos, pelo currículo e pelas necessidades de atender aos interesses da sociedade e as peculiaridades do mundo do trabalho. Costa (1998) defende que deve haver uma distinção de natureza qualitativa entre o bacharelado e a licenciatura, porém ressalta que ambas as formações precisam manter articulação entre si, sem que uma se configure como extensão ou complemento subordinado da outra. Ou seja, nada impede que em uma aula que aborda jogos e brincadeiras não possa ser utilizado como objetivo o desenvolvimento da condição cardiorespiratória.

Como já visto nessa seção, a formação em Educação Física ao longo de sua trajetória foi dividida em duas categorias que atualmente se encontram vigentes, no entanto, com essa divisão novos questionamentos surgiram em torno da área. Uma delas, se não a principal é a compreensão de onde de fato a Educação Física pertence, a área da Educação ou da área da Saúde? Ao analisar seu processo de consolidação entende-se que ela é uma área interdisciplinar, pois do ponto de vista acadêmico não existe uma exclusividade absoluta, ela pode atuar tanto na educação quanto na saúde. Portanto, a Educação Física no contexto escolar ao realizar uma aula que terá como foco o desenvolvimento de alguma capacidade física está ao mesmo tempo transitando no contexto saúde.

A saúde é tematizada em todos os níveis de ensino, tanto em componentes da formação básica, quanto na parte

diversificada. As diretrizes, portanto, apontam para a transversalidade de conhecimentos, a qual tem na saúde uma possibilidade exemplar de realização. Também apontam para a articulação intersetorial entre saúde, educação, habitação, emprego, etc (Antunes; Knuth, 2021. p.3).

A relação entre saúde e Educação Física escolar não é recente, mas remonta ao início do século XX, período em que a Educação Física passou a integrar a rotina das escolas brasileiras. Nesse contexto histórico, a Educação Física era influenciada por modelos reprodutivistas de educação do corpo, nos quais o objetivo principal não era a formação crítica ou pedagógica do aluno, mas a reprodução de padrões corporais considerados ideais para a sociedade da época.

Esses modelos estavam fundamentados em correntes como o higienismo, que defendia a prática corporal como meio de prevenção de doenças e melhoria das condições sanitárias; o eugenismo, que buscava o aprimoramento físico da população a partir de critérios biológicos; o militarismo, voltado à disciplina, obediência e preparo físico para a defesa nacional; e o esportivismo, que valorizava o rendimento, a performance e a competição. Nesse cenário, a Educação Física era compreendida como uma atividade diretamente responsável pela promoção da saúde, porém baseada predominantemente em parâmetros biomédicos.

Atualmente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)⁵, a saúde é apresentada em uma das competências gerais, ela propõe que o estudante possa: “Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas” (Brasil, 2018). Dessa forma, além da Educação Física, a saúde é tematizada nos componentes curriculares de ciências, matemática e ensino religioso.

Após a Resolução CNE/CES nº 7/2004, que discutiu a divisão da Educação Física em licenciatura e bacharelado, ficou determinado no ano de 2005 que de fato isso ocorreria, ficando assim os campos de intervenção profissional da Educação

⁵ A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo federal que define as aprendizagens essenciais a serem garantidas a todos os alunos da educação básica no Brasil (infantil ao médio). Ela orienta currículos, visando a equidade, qualidade educacional e formação integral. No dia 22 de dezembro de 2017 foi publicada a Resolução CNE/CP nº 2, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica (Brasil, 2024)

Física contemplando duas vertentes: ensino formal e ensino não formal (Metzner; Drigo, 2021). No ano de 2014 cria a LEI Nº 13.005, de 25 de junho de 2014, “Art. 1º É aprovado o Plano Nacional de Educação - PNE, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal” (Brasil, 2014). Com isso a Educação Física foi reafirmada como componente curricular obrigatório da educação básica, inserindo-se no projeto pedagógico da escola como área responsável pela tematização das práticas corporais enquanto manifestações culturais.

Por fim, a Resolução nº 06, promulgada em 18 de dezembro de 2018, de acordo com Metzner e Drigo (2021, p.19), “A Resolução nº 06 instituiu as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em educação física”. O curso de graduação em Educação Física possui carga horária referencial de 3.200 horas e tem como objeto de estudo e intervenção a motricidade humana e a cultura do movimento corporal, abrangendo práticas como exercício físico, ginástica, jogos, esportes, lutas e dança. Sua finalidade é atender às demandas sociais nos campos da saúde, educação, formação, cultura, alto rendimento esportivo e lazer.

A formação deve articular formação inicial e continuada, promovendo a autonomia do estudante para o aperfeiçoamento permanente. O ingresso é único, válido tanto para bacharelado quanto para licenciatura, e o curso se organiza em duas etapas: uma Etapa Comum, com 1.600 horas, voltada à formação geral da área; e uma Etapa Específica, também com 1.600 horas, direcionada à formação em bacharelado ou licenciatura. A escolha da habilitação ocorre a partir do quarto semestre, mediante consulta formal da instituição. A formação para atuação com pessoas com deficiência deve estar presente em ambas as etapas e habilitações, sendo obrigatória a manutenção dos conteúdos específicos de cada área na organização curricular (Brasil, 2018). Deste modo, o profissional do bacharel não poderá atuar na área do licenciado e vice-versa.

O modelo atual de Educação Física ainda demanda maiores investigações, especialmente no que se refere à formação do profissional da área. A Resolução CNE/CP nº 04/2024 propõe um novo modelo de formação de professores baseado em competências, alinhado à BNCC, buscando maior articulação entre teoria e prática e aproximando a formação universitária das demandas da escola básica (Brasil, 2024). Entre seus principais pontos, destacam-se a superação do modelo tradicional,

integrando desde o início conteúdos específicos e formação pedagógica, a centralidade da prática docente, com maior inserção em escolas ao longo do curso, a padronização nacional da formação, orientada por competências e habilidades, e a articulação com o mundo do trabalho, visando formar professores mais adaptáveis às demandas contemporâneas. Trata-se de uma tentativa de reorganizar a formação docente no Brasil, buscando integração curricular e maior eficiência formativa. Contudo, há críticas no campo acadêmico que apontam para um possível reducionismo técnico e padronização excessiva, com risco de enfraquecimento da autonomia docente e da formação crítica.

Ao longo do desenvolvimento deste estudo, compreende-se que um bom profissional, considerando as exigências do mercado de trabalho contemporâneo, tende a ser aquele que possui as duas formações. Isso se deve ao fato de que um profissional com formação mais ampla apresenta maior compreensão sobre diferentes conteúdos e maior capacidade de adaptação às demandas do cargo, visto que, muitas vezes, as oportunidades de trabalho surgem conforme as possibilidades disponíveis no mercado.

Ressalta-se que, ao tratar do professor de Educação Física, essa perspectiva também se mantém. Embora o profissional atue no contexto escolar, com conteúdos previamente estabelecidos, é necessário possuir um repertório amplo, incluindo conhecimentos esportivos, de treinamento e de avaliação física.

Diante disso, entende-se como urgente a necessidade de repensar a estruturação do curso de Educação Física. Nesse sentido, questiona-se se, em vez de dividir a formação em habilitações distintas, não seria mais adequado ampliar a duração do curso de quatro para cinco anos, considerando que a realização de uma formação seguida de sua complementação já resulta, na prática, em um percurso formativo de aproximadamente cinco anos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, esta pesquisa alcançou seu objetivo de analisar o início da formação dos professores de Educação Física no Brasil e a implementação do curso superior. A análise histórica das escolas de formação de professores de Educação Física no Brasil evidencia que a constituição desse campo não ocorreu de maneira linear, tampouco exclusivamente pedagógica. Ao contrário, sua gênese esteve profundamente vinculada a projetos políticos, militares e higienistas que concebiam o corpo como elemento estratégico para a construção de uma nação moderna, disciplinada e produtiva. Com o objetivo de evidenciar os marcos históricos percorridos pelo processo de formação de professores de Educação Física no Brasil ao longo da construção desta pesquisa, elaboramos uma breve síntese desses períodos, organizados cronologicamente e apresentados no quadro 8.

Quadro 8: Momentos históricos da formação de professores de Educação Física.

MARCOS	ACONTECIMENTOS
1929	Escola de Educação Física do Exército do Rio de Janeiro; Conclusão da primeira turma de professores do Brasil.
1939	Cria a Escola Nacional de Educação Física e Desportos; Estabelece as diretrizes para a formação profissional; Cursos ministrados e tempo de duração: Curso superior de Educação Física (2 anos); Curso normal de Educação Física; curso de técnica desportiva; curso de treinamento e massagem; curso de medicina da Educação Física e dos Desportos (1 ano).
1945	Tempo de duração dos cursos: Curso superior de Educação Física (3 anos); Curso normal de Educação Física; curso de técnica desportiva; curso de treinamento e massagem; curso de medicina da Educação Física e dos Desportos (1 ano).
1961	A formação de professores terá um currículo mínimo.
1962	Estabelece os currículos mínimos dos cursos de licenciatura; Define que a carga horária das matérias de formação pedagógica deveria ser de, no mínimo, 1/8 do tempo dos respectivos cursos.
1969	Os cursos de formação de profissionais de Educação Física restringiram-se a apenas duas graduações: Licenciado em Educação Física e Técnico de Desportos, com 3 anos de duração.
1996	Estabelece que a formação de docentes para atuar na Educação Básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura.

1998	Regulamentação da profissão de Educação Física.
2002	Institui as DCN para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura; Carga horária dos cursos de licenciatura: 2.800 horas a ser desenvolvida, no mínimo, em três anos letivos.
2004	Institui as DCN para o curso de graduação em Educação Física e estabelece orientações específicas para a licenciatura em Educação Física; 2.800 horas (3 anos); Graduação – 3.200 horas (4 anos).
2009	Carga horária dos cursos de graduação em Educação Física: 3.200 horas a ser desenvolvida, no mínimo, em quatro anos.
2015	Carga horária das licenciaturas: 3.200 horas a ser desenvolvida, no mínimo, em quatro anos letivos.
2018	Carga horária de 3.200 horas; A formação do graduado em Educação Física terá ingresso único e se desdobrará em duas etapas – Etapa Comum e Etapa Específica (Bacharelado e Licenciatura); Cada Etapa será composta por uma carga horária de 1.600 horas.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

As primeiras iniciativas formativas, como a Escola de Educação Física da Polícia Militar e o Centro Militar de Educação Física do Exército, revelam que a preparação profissional esteve, inicialmente, direcionada à formação de instrutores militares, com forte influência dos métodos ginásticos europeus. Nesses espaços, o conhecimento era predominantemente prático e orientado pelas demandas institucionais da corporação, não havendo ainda uma sistematização acadêmica voltada à formação docente civil.

A transição para um modelo formativo civil e universitário consolida-se a partir da década de 1930, especialmente com a criação da Escola Superior de Educação Física e da Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Essas instituições representam marcos decisivos na profissionalização da área, pois introduzem currículos estruturados, ampliam o tempo de formação e incorporam fundamentos científicos e pedagógicos ao processo formativo. A partir desse momento, observa-se o deslocamento progressivo de uma formação eminentemente técnica para uma formação que busca integrar teoria, prática e pesquisa.

O estabelecimento de currículos mínimos, a ampliação da duração dos cursos e a inclusão de disciplinas relacionadas às ciências biológicas e humanas demonstram a tentativa de conferir unidade teórica e legitimidade acadêmica à área.

Tal movimento foi posteriormente fortalecido com a obrigatoriedade da Educação Física no ensino escolar por meio da Lei nº 4.024 e, de forma mais contundente, com o reconhecimento da disciplina como componente curricular na Lei nº 9.394. Outro marco relevante na consolidação profissional foi a promulgação da Lei nº 9.696, que regulamentou a profissão e instituiu o sistema CONFEF/CREFs, estabelecendo critérios legais para o exercício profissional e reforçando a identidade da área como campo específico de atuação.

Desse modo, conclui-se que a formação dos professores de Educação Física no Brasil resultou de um processo histórico permeado por disputas simbólicas, redefinições curriculares e transformações políticas. Se, em sua origem, a área esteve subordinada à lógica militar e disciplinadora, ao longo do século XX buscou afirmar-se como campo acadêmico autônomo, produtor de conhecimento e responsável pela formação integral do indivíduo. Compreender essa trajetória é fundamental para interpretar as tensões contemporâneas que ainda atravessam a profissão, como a valorização social, a definição de identidade formativa e os debates em torno das habilitações. O passado revela que a Educação Física não nasceu como disciplina escolar estruturada, mas tornou-se componente curricular e profissão regulamentada a partir de um longo percurso de institucionalização.

Portanto, analisar as escolas de formação não significa apenas revisitar instituições pioneiras, mas compreender as bases históricas que sustentam a configuração atual da Educação Física brasileira. É nesse movimento de retorno crítico às origens que se fortalece a identidade profissional e se amplia a capacidade de reflexão sobre os rumos futuros da área.

Conclui-se que o início da formação dos professores de Educação Física no Brasil se deu em 1929 quando foi criado o Curso Provisório de Educação Física, formando a primeira turma de militares e civis diplomados na área no Brasil, sob orientação dos tenentes Ignácio de Freitas Rolim e Virgílio, na Escola de Educação Física do Exército do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Priscilla de Cesaro. KNUTH, Alan Goularte. SAÚDE E EDUCAÇÃO SÃO TEMAS PERTINENTES À LICENCIATURA E AO BACHARELADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA?. J. Phys. **Educ.**v. 32, e3229, 2021.

AZEVEDO, A. C. B.; MALINA, A. Memória do currículo de formação profissional em Educação Física no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n. 2, 129-142, 2004. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/231>. Acesso em 13 Mar. 2025.

BARBOSA, Rui. **Obras completas de Rui Barbosa**. Vol. IX. 1882, TOMO II

BARBOSA, Rui. **Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública**. Obras Completas. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, v. X, t. II, 1947.

BARRETO, L. C. M. Tratado da educação fysica, e moral dos Meninos de ambos os sexos: traduzido do Francez em linguagem Portugueza, e offerecido ao Illmo. Senhor Manoel Maria da Piedade. Primogenito dos Illmos. e Exmos. o Senhor José de Seabra da Silva, e a Senhora D. Anna Felicia Coutinho Pereira de Souza Freire, &c. &c. &c. Academia Real das Ciências. Lisboa, MDCCLXXXVII [1787]. Disponível: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000000531&bbm/8156#page/6/mode/2up>. Acesso: 14/03/2025.

BENITES, Larissa Cerignoni. NETO, Samuel de Souza. HUNGER, Dagmar. O processo de constituição histórica das diretrizes curriculares na formação de professores de Educação Física. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.2, p. 343-360, maio/ago. 2008

BETTI, Mauro. Educação Física e sociedade: uma abordagem crítica. Campinas: **Papirus**, 1991.

BRACHT, Valter. A constituição das teorias pedagógicas da Educação Física. In: BETTI, M.; GONZÁLEZ, F. J. G. (Orgs.). **Educação Física e sociedade**. São Paulo: Movimento, 2003. p. 31–50.

BRACHT, Valter. Educação Física & Ciência: cenas de um casamento (in)feliz. Ijuí-RS: Unijuí, 2003.

BRACHT, Valter. Educação Física e aprendizagem social: uma perspectiva crítica. EDITORA MAGISTER LTDA, 1997.

BRASIL. Arquivo Nacional, 2018. Disponível: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canais_atendimento/imprensa/copy_of_noticias/nota-de-esclarecimento-sobre-documentos-da-independencia-do-brasil. Acesso em: 20/06/2025.

BRASIL. CÂMARA DO DEPUTADOS. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso 27/08/2025

BRASIL. Centenário da Escola de Educação Física do Exército é comemorado no Rio de Janeiro. Brasília (DF), 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/centenario-da-escola-de-educacao-fisica-do-exercito-e-comemorado-no-rio-de-janeiro>. Acesso: 07/08/2025

BRASIL. Colônia de férias. Disponível: file:///C:/Users/BIBLIOTECA-ALUNO-4/Downloads/38435-Texto%20do%20artigo-751375141129-1-10-20180529.pdf. Acesso em: 23/08/2025.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. RESOLUÇÃO Nº 7, DE 31 DE MARÇO DE 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. 2004. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=139051-rces007-04&category_slug=janeiro-2020&Itemid=30192. Acesso: 10/12/2025.

BRASIL. Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854. Coleção de Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1854. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-556406-publicacaooriginal-79403-pl.html>. Acesso em: 24 jun. 2025.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 1.212, DE 17 DE ABRIL DE 1939. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8270-3-dezembro-1945-457382-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 06/08/2025

BRASIL. Escola de educação física do exército. Disponível em: <https://www.esefex.eb.mil.br/sobre-a-esefex/historico?csrt=13405771114175528649>. Acesso: 07/08/2025.

BRASIL. Legislação Informatizada - DECRETO Nº 1.331-A, DE 17 DE FEVEREIRO DE 1854 - Publicação Original. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>. Acesso: 22/02/2026

BRASIL. Legislação Informatizada - LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014 - Publicação Original. Diário Oficial da União - Seção 1 - Edição Extra - 26/6/2014, Página 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso: 22/02/2026

BRASIL. Lei n. 7.247, de 19 de Abril de 1879. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso: 28 jan. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394/1996. LDB : lei de diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/642419>. Acesso: 18/02/2026.

BRASIL. LEI Nº 9.696, DE 1º DE SETEMBRO DE 1998. CÂMARA DOS DEPUTADOS. 1998. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1998/lei-9696-1-setembro-1998-374623-normaatualizada-pl.pdf>. Acesso: 18/02/2026.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Resolução CNE/CES nº 4/2009. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial. [S. l.]. MEC, 2009. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rces004_09.pdf . Acesso em: 16/12/2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. RESOLUÇÃO Nº 6, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104241-rces006-18/file>. Acesso: 22/02/2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Saiba mais sobre a BNCC. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-medio-descontinuado/informacoes/saiba-mais-sobre-a-bncc>. Acesso: 10/03/2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica [Internet]. Base Nacional Comum Curricular, 2018. Acesso em 19/12/2025. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR; DIRETORIA DE POLÍTICA REGULATÓRIA; COORDENAÇÃO GERAL DE LEGISLAÇÃO E NORMAS DE REGULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. EDUCAÇÃO FÍSICA. Cursos de Graduação, nas modalidades bacharelado e licenciatura. Dúvidas mais frequentes, 2013.

BRASIL. Planalto. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 27/08/2025

BRASIL. Polícia Militar do Estado de São Paulo. História da PM. Disponível em: <https://www.policiamilitar.sp.gov.br/institucional/historia-da-pm>. Acesso 13/02/2025.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/2003/L10.793.htm#art26%C2%A73. Acesso: 31/10/2025.

BRASIL. Tribunal Judiciário de Santa Catarina. A Revolução de 1930 na Justiça e no cotidiano catarinense. Disponível em: <https://www.tjsc.jus.br/web/memoria/a-revolucao-de-1930>. Acesso: 25/08/2025

BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 4, DE 29 DE MAIO DE 2024. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/4759/resolucao-cne-cp-n-4>. Acesso: 28/03/2026.

CAPARROZ, F. E. **Entre a Educação Física na escola e a Educação Física da escola.** 2. ed., Campinas: Autores Associados, 2005.

CAPES. Disponível em: https://fef.unicamp.br/wp-content/uploads/sites/70/2025/02/documento_de_area.pdf. Acesso: 17/02/2026.

CASTELLANI FILHO, L. Educação Física no Brasil: a história que não se conta. Campinas: **Papirus**, 1998.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta.** 15. ed. Campinas: Papirus, 2008.

CASTRO, Hebe Mattos. História Social. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro F. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CAVALCANTE, F. É.; BUNGENSTAB, G. C.; FILHO, A. L. RUI BARBOSA E A EDUCAÇÃO FÍSICA NOS PARECERES PARA O ENSINO PRIMÁRIO DE 1883: INFLUÊNCIAS E PROPOSIÇÕES. **Movimento**, v. 26, e26078, 2020.

COSTA, Vera Lúcia de Menezes. A formação universitária do profissional de Educação Física. In: PASSOS, S. C. E. (Org.). **Educação Física e esporte na universidade.** Brasília, DF: Ministério da Educação Física e Desportos, 1998. p. 207-224.

CREF/SP. Conselho Regional de Educação Física/ SP. **Escola de Educação Física da Polícia Militar: Pioneira no Brasil.** Disponível em: <https://www.crefsp.gov.br/comunicacao/noticias/escola-de-educacao-fisica-da-policia-militar-pioneira-no-brasil#:~:text=arte%20de%20esgrimir,-,Gra%C3%A7as%20ao%20Tenente%20Pedro%20Dias%20de%20Campos%2C%20aluno%20dos%20esgrimistas,Educa%C3%A7%C3%A3o%20F%C3%ADsica%20da%20Pol%C3%ADcia%20Militar>. Acesso, 13/02/2025.

CREF/SP. **Resolução CFE nº 3, de 16 de junho de 1987.** Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física (Bacharelado e/ou Licenciatura Plena). Disponível: <https://www.cref1.org.br/wp-content/uploads/2017/05/resolucao-cfe-no-03.pdf>. Acesso em: 11/12/2025.

CUNHA JUNIOR, C. História da Educação Física no Brasil: reflexões a partir do Colégio Pedro Segundo. **Revista Digital EFDeportes**. Buenos Aires - Año 13 - Nº 123 - Agosto de 2008.

DALBEN, André; GÓIS JR., Edivaldo. Embates esportivos: o debate entre médicos, educadores e cronistas sobre o esporte e a educação da juventude (Rio de Janeiro e São Paulo, 1915-1929). **Movimento**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 161-172, jan./mar. 2018.

DALLARI, Sueli Gandolfi. **A saúde do brasileiro**. São Paulo: Moderna, 1987.

DARIDO, S.C.; RANGEL, I.C.A. Educação Física na Escola: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro. **Guanabara Koogan**, 2005.

EEFE. História da Escola Superior de Educação Física e Esporte. São Paulo, 2023. Disponível: <https://www.eefe.usp.br/hist%C3%B3ria>. Acesso em: 29/05/2025.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14. ed. rev. e ampl. São Paulo: EDUSP, 2013.

FIGUEIREDO, Zenólia C. Formação docente em Educação Física: experiências sociais e relação com o saber. **Movimento**, vol. 10, núm. 1, janeiro-abril, 2004, pp. 89-111 Escola de Educação Física Rio Grande do Sul, Brasil.

FINOQUETO, L. C. P. (2012). **Entre licenciatura e bacharelado em educação física: reformas no ensino superior e a constituição de identidades dos profissionais de educação física da ESEF/UFPe** (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

FÍSICA, R. de E. Histórico do departamento de educação física do estado de São Paulo, de 1931 a 1934. **Revista de Educação Física / Journal of Physical Education**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 1, 1936. Disponível em: <https://revistadeeducacaofisica.emnuvens.com.br/revista/article/view/2105>. Acesso em: 29 ago. 2025.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 22. Ed. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2006.

GALDINO NETO. **MEDALHÍSTICA MILITAR PAULISTA**, 2012. Disponível em: <https://medalhisticamilitarpaulista.blogspot.com/2012/05/medalha-centenario-da-escola-de.html>. Acesso: 06/08/2025.

GHILARDI, Reginaldo. FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA: A RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA. **MOTRIZ** - Volume 4, Número 1, Junho/1998.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Gil, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo :Atlas, 2002.

GOELLNER, Silvana Vilodre. O método Francês e a Educação Física no Brasil: da caserna a escola. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992. 223 f. **Dissertação** (Mestrado em Ciência do Movimento) – Escola Superior de Ciência do Movimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

GÓIS JR., Edivaldo; MELO, Victor Andrade de; SOARES, Antônio Jorge Gonçalves. Para a construção da nação: debates brasileiros sobre educação do corpo na década de 1930. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 343-360, jun. 2015.

GOMES, M. J. F. ANÁLISE HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA DO IFPB, DO SURGIMENTO NA ESCOLA INDUSTRIAL DE JOÃO PESSOA (1945) A INFLUÊNCIA DOS ESPORTES NA DÉCADA DE 70. **Holos**, 2010, Vol 3.

GUTIERREZ, G. A. **História da Educação Física no Brasil**. São Paulo, 1972.

GUTS MUTHS, J. C. F. Gymnastics for youth Philadelphia: P. Byrne, 1800. in: QUITZAU, E. A. **“O TRABALHO NA FORMA DE ALEGRIA JUVENIL”: A GINÁSTICA SEGUNDO JOHANN CHRISTOPH FRIEDRICH GUTS MUTHS**. Rev. Bras. Ciênc. Esporte, Florianópolis, v. 34, n. 2, p. 359-373, abr./jun. 2012.

HOBBSAWM, Erick. ERA DOS EXTREMOS. O breve século XX 1914 - 1991. **SCHWARCZ. LTDA**, 2º edição, 2003.

HUNGER, D.; NASCIMENTO, J. V.; BARROS, M. V. G.; HALLAL, P. C. A trajetória dos cursos de Graduação na Saúde: Educação Física. In: HADDAD, A. E.; PIERANTONI, C. R.; RISTOFF, D.; XAVIER, I. M.; GIOLO, J.; SILVA, L. B. (Org.) **A trajetória dos cursos de Graduação na Saúde 1991-2004**. Brasília: INEP, 2006. p. 87- 139.

Jornal da USP. **Site reuni homenagens aos 90 anos da Escola de Educação Física e Esporte da USP**, 05/02/2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/site-reune-homenagens-aos-90-anos-da-escola-de-educacao-fisica-e-esporte-da-usp/>. Acesso em: 25/07/2025.

JÚNIOR, Paulo Ghiraldelli. Educação Física Progressista: A Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos e a Educação Física Brasileira. **Loyola**, 10ª edição. SP, 1998.

KUNZ, Elenor. Transformação didático-pedagógica do esporte. **Ijuí**: Unijuí, 1991.

LE GOFF, J; TRUONG, N. **Uma história do corpo na Idade Média**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Tradução: Maria Helena Rouanet. 2. ed. Campinas: Editora da **UNICAMP**, 1990.

LÉVI-STRAUSS, C. **Seleção de textos**. São Paulo: abr. 1976. (Os Pensadores: História das grandes idéias do mundo ocidental).

MACHADO, Maria Cristina Gomes; ARAÚJO, José Carlo de Souza. Metamorfoses do pensamento liberal de Rui Barbosa: sua posição sobre Estado e Educação. **Revista Diálogo Educacional**, v. 5, n. 14, p. 1–12, 2005.

MANOEL, E.J. Apresentação - **Caderno Documentos** - nº 2- Escola de Educação Física - Universidade de São Paulo, 1996.

MARTIN, André. Guerra de sucessão. In: MAGNOLI, Demétrio (org.). **História das guerras**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 189–218.

MATTOS, Hebe. ABREU, Martha. GURAN, Milton. Por uma história pública dos africanos escravizados no Brasil. **Est. Hist.**, Rio de Janeiro, vol. 27, nº 54, p. 255-273, julho-dezembro de 2014.

Melià, B. Educação Indígena e Alfabetização. São Paulo, 1979. **Edições Loyola**.

METZNER, A. C. DRIGO, A. J. A Trajetória Histórica Das Leis E Diretrizes Curriculares Nacionais Para A Área De Formação Em Educação Física. **Rev. Bras. Hist. Educ.**, 21, e154. 2021.

METZNER; Andreia Cristina Metzner. DRIGO; Alexandre Janotta. A trajetória histórica das leis e diretrizes curriculares nacionais para a área de formação em educação física. **Revista Brasileira de História da Educação**. v. 21, 2021.

Milagres, Pedro; Silva Carolina Fernandes da; Kowalski, Marizabel. O higienismo no campo da Educação Física: estudos históricos. **Motrivivência**, Florianópolis/SC, v. 30, n. 54, p. 160-176, julho/2018.

MOREIRA, F. G. A.; DANIELE, T. M. C.; FICAGNA, S.; REBOUÇAS, D. N. E.; BARBOSA, R. M. C.; PINHEIRO, M. H. N. P.; COSTA, M. M. M. A FUNÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO DECORRER DA HISTÓRIA. in: **A prática pedagógica e as concepções de ensino aprendizagem**. C.6. 2023

MORENO, Andrea. A propósito de Ling, da ginástica sueca e da circulação de impressos em língua portuguesa. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Curitiba, v. 37, n. 2, p. 128 – 135, mar. 2015.

MOROSINE M. C.; FERNANDES, C. M. B. **ESTADO DE CONHECIMENTO: A METODOLOGIA NA PRÁTICA: conceitos, finalidades e interlocuções**. Educação Por Escrito, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-dez. 2014.

MUÑOZ, H.; SILVA, R. H. R.; ALVES, T. S.; SANTOS, D. B.; BERTOLDI, A. P. F. Reforma curricular dos cursos de licenciatura em Educação Física: contribuições dos professores das redes públicas de ensino. **Revista Pensar a Prática**, Goiânia, v. 9, n. 2, p. 231-248, 2006. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/17>. Acesso em: 13 Mar. 2025.

NETO, Amarílio Ferreira. A Pedagogia no Exército e na Escola: a Educação Física (1920-1945). **Motrivivência**, Florianópolis, n. 13, p. 35–62, 1999.

NOVÓIA, A. A formação do professor – realidades e perspectivas. In: ENCONTRO IBERO-AMERICANO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, 1, 2000, **Anais... Santa Maria**. 2000.

PERDOMO, Aloisio Viane Paiva. A Ginástica no Brasil: percurso histórico no currículo escolar. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2011. 42 f. **Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)** Departamento de Estudos do Movimento Humano – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, PR, 2011.

PEREIRA, M. G. A Motivação de adolescentes para a prática da Educação Física: uma análise comparativa entre instituição pública e privada. **São Paulo–SP**, 2006.

RAMOS, Jair J. Os Exercícios Físicos na História e na Arte: do homem primitivo aos nossos dias. São Paulo. **IBRASA**, 1982.

RAMOS, Jair Jordão. Os exercícios físicos na história e na arte: do homem primitivo aos nossos dias. São Paulo. **Ibrasa**, 1982.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. Teoria e prática**. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2003.

RODRIGUES, Naiana Roberta Dias. OLIVEIRA, Márcio Romeu Ribas de. Educação Física: uma análise da dimensão curricular em escolas indígenas. **FDeportes**. Buenos Aires - Año 20 - N° 204 - Mayo de 2015.

Rüsen, Jörn. **A Teoria da História**. UFPR, 2015.

Silva, Joaquim Caetano. [Carta de Guilherme de Taube solicitando admissão como mestre de gymnastica no Colégio Pedro Segundo]. Ofício recebido por: **Ministério do Império**. Rio de Janeiro, 1841.

SILVA, Eduardo Vinícius Mota e; MACHADO, Afonso Antônio. A formação profissional universitária em Educação Física: licenciatura e bacharelado. In: **Anais do X Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte**. v. 2. Goiânia, GO: GEP, out. 1997. p.890-893.

SILVEIRA, Éder. Revisitando Artur Neiva: eugenia, educação física e identidade nacional. **Intellèctus**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 1-14, 2002.

SOARES, Antônio Jorge Gonçalves. A Formação profissional em educação física: barreiras e desafios. In: FARIA NETO, Alfredo (Org.). **Ensaio**: Educação Física e esportes. Vitória: Centro de Educação Física e Desportos da UFES, 1993.

Soares, C. L. (1994). **Corpo e história: uma história da Educação Física no Brasil**. Campinas: Autores Associados.

SOARES, C. L. **Educação Física: raízes européias e Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SOARES, Carmen Lúcia. Educação Física: raízes europeias e Brasil. Campinas: **Autores Associados**, 1994.

SOARES, Everton Rocha. Educação Física no Brasil: da origem até os dias atuais. **Lecturas: Educación Física y Deportes**, Revista Digital. Buenos Aires, Año 17, Nº 169, Junio de 2012. <http://www.efdeportes.com/efd169/educacao-fisica-no-brasil-da-origem.htm>.

SOEIRO, R. S. P. **A contribuição da Escola de Educação Física do Exército para o esporte nacional (1933-2000)**. Dissertação (Mestrado em Ciências de Motricidade Humana) - Programa Pós-Graduação em Ciências da Motricidade Humana, Universidade Castelo Branco, Rio de Janeiro, 2003.

SOUZA NETO, S. **A educação física na universidade: A educação física na universidade licenciatura e bacharelado – as propostas de formação profissional e suas implicações teórico-práticas**. 1999. Tese (Doutorado)– Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SOUZA, Thais Ravazi R. **As Sibilas de Michelangelo: Um Estudo do Conhecimento Renascentista por Meio de Imagens**. UNESPAR - Paranavaí-Pr. 2020

TANI, G.; MANOEL, E.J.; KOKUBUN, E.; PROENÇA, J.E. Educação física escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista. São Paulo: EPU/EDUSP, 1988.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.